UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

TÚLIO IGOR SOARES PEREIRA

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT E RAYMOND ARON

BRASÍLIA - DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT E RAYMOND ARON

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

BRASÍLIA - DF
2017

Túlio Igor Soares Pereira

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT E RAYMOND ARON

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Aprovado por:

_____

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento
Instituto de Ciência Política – UnB

_____

Parecerista: Prof. Dr. Gérson Brea
Departamento de Filosofia – UnB

BRASÍLIA - DF
2017

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio Pereira e Deuselina Lima Soares Pereira, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

À minha companheira, Aline Moura Pereira, pelo apoio, amor e presença fundamental, sobretudo nos momentos difíceis.

Ao Professor Dr. Paulo César Nascimento, pela confiança depositada no meu trabalho e pelo exemplo de profissionalismo acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, comparativamente, os conceitos de democracia e totalitarismo nas obras de Hannah Arendt e Raymond Aron, visando estabelecer os elementos fundamentais que caracterizaram os regimes nazista e comunista do início do século XX. Para tal, foram utilizadas as obras *Origens do Totalitarismo* e *Démocratie et Totalitarisme*, que constituem os principais trabalhos dos respectivos autores no que diz respeito aos temas de democracia e totalitarismo. O confronto de ideias entre Arendt e Aron foi alicerçado na análise e interpretação de seus principais críticos, ainda que a comparação direta entre os dois autores seja particularmente escassa na literatura. Assim, ao delinear os principais pontos de convergência e divergência dos autores no último capítulo do trabalho e também na conclusão, objetivamos preencher parte dessa lacuna.

Palavras-chave: Democracia; Totalitarismo; Nazismo; Comunismo; Regimes Constitucionais-Pluralistas; Regimes de Partido Monopolístico.

ABSTRACT

The goal of the present work is to analyze, comparatively, the concepts of democracy and totalitarianism in the works of Hannah Arendt and Raymond Aron, aiming to establish the fundamental elements that characterize the Nazi and Communist regimes of the beginning of the 20th century. To that end, we used the works *Origins of Totalitarianism* and *Democracy and Totalitarianism*, which constitutes the main works of the respective authors in what relates to the themes of democracy and totalitarianism. The confrontation of ideas between Arendt and Aron was based on the analysis and interpretation of their main critics, although the direct comparison between both authors is relatively scarce in the literature. Thus, in delineating the main points of convergence and divergence between the authors, we aim to fill part of this gap.

Keywords: Democracy; Totalitarianism; Nazism; Comunism; Constitutional-Pluralist Regimes; Monopolistic Party Regimes.

RÉSUMÉ

Le présent travail a comme objectif d'analyser, comparativement, les concepts de démocratie et totalitarisme dans les oeuvres de Hannah Arendt et Raymond Aron, en vue d'établir les éléments qui caractérisent les régimes nazi et communiste du début du 20ème siècle. Pour cela, nous avons utilisé les oeuvres *Les Origines du Totalitarisme* et *Démocratie et Totalitarisme*, qui constituent les principaux travaux des respectifs auteurs en ce qui concerne les thèmes de démocratie et de totalitarisme. La confrontation des idées entre Arendt et Aron a été fondée sur l'analyse et interprétation de ses principaux critiques, bien que sur la comparaison directe entre les deux auteurs, quoiqu'elle soit particulièrement rare dans la litérature. Ainsi, pour definir les principaux points de convergence et de divergence des auteurs dans le dernier chapitre du travail et aussi en guise de conclusion, nous avons cherché de combler une partie de cette lacune.

Mots-clés: Démocratie; Totalitarisme; Nazisme; Communisme; Régimes Constitutionels-Pluralistes; Régimes de Parti Monopolistique.

Sumário

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT 12

1 Origens do totalitarismo 12

1.1 O surgimento das massas e a alienação do mundo 16

1.2 A propaganda como meio de asserção do totalitarismo 19

1.3 Poder, violência, ideologia e terror 21

CAPÍTULO 2 – DEMOCRACIA E TOTALITARISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE RAYMOND ARON 27

2 Democracia e totalitarismo 30

2.1 Os regimes constitucionais-pluralistas 31

2.2 Os regimes de partido único ou monopolístico 35

CAPÍTULO 3 – ARENDT E ARON: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS NA INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO TOTALITÁRIO 38

3.1 A crítica aroniana de As Origens do Totalitarismo 39

3.2 Similaridades e diferenças nas abordagens de Arendt e Aron 45

CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52

ANEXO A – Convite de Hannah Arendt solicitando a contribuição de Aron para uma futura edição comemorativa da obra de Hans Morgenthau 54

ANEXO B – Carta de Raymond Aron, agradecendo convite para escrever numa edição comemorativa da obra de Hans Morgenthau 55

INTRODUÇÃO

Os horrores da Segunda Guerra Mundial revelaram para o mundo uma realidade que escapava da imaginação mais pessimista e que expunha aquilo que havia de mais sombrio na humanidade. A morte de milhões de pessoas em um relativamente curto espaço de tempo, particularmente nos regimes totalitários da Alemanha Nazista e da União Soviética Comunista, é um dos aspectos sintomáticos dessa incapacidade imediata de compreensão, revelando que o pensamento ocidental da época, sobretudo no campo da ciência política, estava despreparado para lidar com tamanha violência e incompreensão. Como, efetivamente, conceber uma explicação para o fato de que mais de 6 milhões de judeus foram exterminados durante o Holocausto na Segunda Guerra Mundial?[1] Como entender os mais de 7.5 milhões de mortes no processo de coletivização da economia soviética[2], iniciado em 1928, ou o ímpeto sanguinário de Stálin no Grande Expurgo de 1937, que decimou grande parte da liderança comunista da União Soviética? Poucos autores foram tão influenciados e se debruçaram mais sobre essas questões como Hannah Arendt, pensadora de origem judia que, sobretudo em sua juventude, no início dos anos 1930, foi diretamente afetada pelo regime nazista.

Nascida na cidade de Hannover, Alemanha, Hannah Arendt faz parte de toda uma geração de intelectuais europeus que se viu confrontada, por circunstâncias sociais e históricas, com a guerra, com revoluções, com a violência em geral e com os totalitarismos. Após um período de aproximadamente oito anos vividos na França, onde se instala para fugir da perseguição da Gestapo na Alemanha, Hannah Arendt passa a viver nos Estados Unidos da América, onde ela encontra relativa tranquilidade para refletir sobre as questões políticas e sociais de seu tempo. No início da década de 1950, em particular, a autora publica a obra que viria a constituir o fio-condutor de seu pensamento sobre os regimes totalitários: *As Origens do Totalitarismo*. O livro representou para a autora uma tentativa de resposta para as questões que marcaram toda uma geração de intelectuais na segunda metade do século XX. Do outro lado do atlântico, por exemplo, o filósofo e sociólogo Raymond Aron – que viria a se afirmar como um dos principais intelectuais franceses do século XX – refletia e discorria sobre o mesmo assunto.

Nascido em 1905, na cidade de Paris, Aron teve, na sua juventude, a experiência de ter vivido na Alemanha nazista do período entre guerras. Sua estadia em Berlim, onde fora

---

[1] Segundo estimativas do Pew Research Center, disponíveis em: http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/02/09/europes-jewish-population/

[2] CONQUEST, R. The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-famine. [S.I.]: Oxford University Press, 1987.

professor de francês na Universidade de Colônia, o possibilitou ver de perto o nascimento do nazismo e o agravamento do antissemitismo contra o povo judeu. Assim como Hannah Arendt, a experiência da guerra e dos anos conturbados que a antecederam o tocaram profundamente, modificando a forma como ele enxergava a si mesmo e ao mundo. Não sem razão, a publicação de *Démocratie et Totalitarisme*, em 1965, constituiu, também para ele, uma tentativa de encontrar respostas para as barbáries e atrocidades perpetradas pelos regimes Nazista na Alemanha e Comunista na União Soviética, particularmente entre os anos de 1930 e 1950.

As obras de Hannah Arendt e Raymond Aron constituem, assim, indubitavelmente uma forma que os autores encontraram para lidar com os acontecimentos que mudaram o século. Elas trazem elementos inovadores que nos permitem ter uma visão mais ampla do que, como, e por que aconteceu. Não obstante a originalidade e profundidade desses grandes intelectuais, suas obras respectivas têm sido pouco estudadas de forma comparada.

Para preencher essa lacuna, e com o objetivo de conjugar as destacadas ideias dos respetivos autores, trazendo assim nova luz teórica sobre os conceitos de democracia e totalitarismo, o presente trabalho visa analisar, comparativamente, as conceptualizações realizadas por Arendt e Aron em relação aos respectivos temas. Em outras palavras, o presente trabalho visa estabelecer os elementos fundamentais que caracterizaram os regimes nazista e comunista no início do século XX, identificando assim os fatores que os aproximam ou distanciam dos regimes democráticos e totalitários. Para realizar essa análise, serão estudadas as obras *Origens do Totalitarismo* e *Démocratie et Totalitarisme*, que constituem os principais trabalhos dos respectivos autores no que diz respeito aos temas de democracia e totalitarismo.

Ao realizar essa análise comparativa, nossa hipótese é a de que, por terem formações e perspectivas distintas sobre a realidade política e social, Arendt e Aron fornecem visões distintas e complementares sobre os fenômenos totalitários e democráticos de seu tempo. Em outras palavras, considerando que a base eminentemente filosófica de Hannah Arendt a faça se aproximar de orientações ontológicas e institucionalistas para a explicação de fenômenos políticos, e que a sociologia política de Raymond Aron o faça ter uma perspectiva preponderantemente institucionalista, a hipótese é a de que as teses de ambos os autores se distanciam tanto no que diz respeito a aspectos ontológicos, como aqueles relacionados à ação dos agentes políticos no espaço público, quanto no que concerne elementos institucionalistas, como os partidos ou princípios dos regimes políticos, por exemplo.

Assim, para apreender as diferenças e complementaridades dessas duas perspectivas, as duas primeiras partes deste trabalho serão dedicadas ao estudo dos conceitos de democracia e

totalitarismo nas obras de Hannah Arendt e Raymond Aron. O propósito dessa exposição inicial é a de sintetizar o pensamento individual dos respetivos autores. Na terceira (e última) parte, realizar-se-á uma análise comparativa das duas obras, tendo por base uma resenha crítica escrita por Raymond Aron em 1954, intitulada *L'essence du totalitarisme*. O propósito dessa comparação final é o de extrair aquilo que há de comum e divergente entre as duas abordagens.

Para tal, é preciso ressaltar que a metodologia utilizada neste trabalho é a leitura e análise de fontes bibliográficas. Quando o confronto de ideias entre Arendt e Aron não for baseado em suas obras específicas, ele será alicerçado na análise e interpretação de seus principais críticos, ainda que a comparação direta entre os dois autores seja particularmente escassa na literatura.

CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT

1 Origens do totalitarismo

Publicado em 1951, após um período de aproximadamente cinco anos de elaboração, *Origens do totalitarismo* é a obra que alça Hannah Arendt ao patamar de uma das principais intérpretes do século XX. No momento de sua publicação, a autora trabalhava nos setores de edição e jornalismo, mas era pouco conhecida nos círculos intelectuais nova-iorquino e estadunidense (OLIVEIRA, 2014). Não obstante, o momento dedicado para a elaboração da obra parecia particularmente apropriado, uma vez que permitia à autora

> olhar para os eventos contemporâneos com a retrospecção do historiador e com o zelo analítico do cientista político, a primeira oportunidade para tentar narrar e compreender o que havia acontecido – não ainda *sine ira et studio*, e sim com desgosto e pesar e, portanto, com certa tendência à lamentação, mas já sem cólera muda e sem o horror impotente (ARENDT, 2014, p. 415).

Ademais, com a derrota da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial, as documentações presentes nos arquivos alemães passaram a trazer novas possiblidades de interpretação sobre "os doze anos que durou o Reich milenar de Hitler"[3]. Dividido em três partes (Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo), a obra representa o esforço pessoal de Hannah Arendt para "cristalizar" – e, portanto, não explicar – os elementos que formam as origens do totalitarismo.

Essa diferenciação entre explicação e cristalização é particularmente importante para o entendimento da metodologia adotada pela autora, uma vez que, ao não procurar explicar o fenômeno totalitário, ela se exime de realizar um encadeamento de causas que conduziriam à consolidação desse fenômeno político. De fato, um tal empreendimento reduziria a análise a uma simples coleção de fatos históricos desprovidos de capacidade elucidativa. Para esclarecer essa diferença metodológica, Hannah Arendt, citada por Young-Bruehl, afirma que:

> Os elementos do totalitarismo formam suas origens se por origens não compreendermos "causas". A causalidade, isto é, um fator de determinação de um processo de acontecimentos no qual um acontecimento sempre causa e pode ser explicado por outro, é provavelmente uma categoria inteiramente estranha e falsificadora no reino das ciências históricas e políticas. Os elementos, por si mesmos, provavelmente nunca causam nada. Tornam-se origens de acontecimentos se e quando se cristalizam em formas fixas e definidas. Então, e apenas então, podemos retraçar a sua história. O acontecimento ilumina seu próprio passado, mas nunca pode ser deduzido do mesmo (YOUNG-BRUEHL, 1997, E. Op. cit., p. 195).

[3] Expressão utilizada pela autora no prefácio da 3ª edição do livro.

Dito isso, a principal obra de Hannah Arendt no que diz respeito ao fenômeno totalitário não é de fácil assimilação. Isso porque as *Origens do Totalitarismo*, como empreendimento intelectual complexo, mescla elementos de narração, história, filosofia e mesmo de jornalismo político. Assim, a tentativa de classificar a obra em um gênero específico constitui um esforço improfícuo, uma vez que ela deve ser considerada em toda a sua originalidade.

A própria autora, em sua réplica à crítica feita por Eric Voeglin na revista *The Review of Politics*[4], reconhece ter "falhado" ao não ter explicado a metodologia adotada por ela ao longo do livro. Essa ausência de explicação quanto à metodologia, por sua vez, suscita dúvidas no que diz respeito à unidade da obra, visto que a relação entre antissemitismo, imperialismo e totalitarismo não é de todo evidente à primeira vista.

Assim, para explicar essa aparente ausência de unidade, a autora afirma que seu principal problema ao escrever o livro foi o de "escrever historicamente sobre alguma coisa – o totalitarismo – que eu não queria conservar, mas, ao contrário, me sentia compelida a destruir" (ARENDT, 1953, p. 77). Não se tratava, portanto, de reconstituir as cadeias de causalidade histórica de um fenômeno novo, mas o de evidenciar os elementos específicos que o caracterizavam. Tanto é assim que, para solucionar os problemas de unidade e metodologia, Arendt afirma que "o que eu fiz – e o que eu teria feito, de qualquer forma, por causa do meu treinamento anterior e da minha forma de pensar – foi descobrir os elementos fulcrais do totalitarismo, e analisá-los em termos históricos, rastreando esses elementos o quão distante na história que eu considerasse apropriado ou necessário" (ARENDT, 1953, p. 78).

Não obstante essas considerações de ordem metodológica ou de unidade da obra, a primeira etapa empreendida por Hannah Arendt na sua exposição sobre as origens do totalitarismo se refere à questão polêmica, porém fundamental do antissemitismo. Ao dedicar o primeiro capítulo do livro para o estudo do antissemitismo, a autora procura compreender por que o totalitarismo nazista, como experimento de dominação total, teve, no povo judeu, seu principal alvo de vitimização. Se, efetivamente, a perseguição perpetrada contra o povo judeu teve, ao longo dos séculos, um caráter religioso, a perseguição que se verifica no período nazista carrega certos aspectos diferenciados.

Com efeito, o antissemitismo moderno, no pensamento da autora, não deve ser confundindo com o ódio histórico de inspiração religiosa. O antissemitismo a que ela se refere

[4] ARENDT, H. A Reply. The Review of Politics, v. 15, p. 76-84, Janeiro 1953. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1404748?seq=1#page_scan_tab_contents

na obra é mais uma ideologia leiga, surgida na segunda metade do século XIX, do que o antissemitismo tradicional contra o povo judeu.

Após a Revolução Francesa, os judeus haviam gradualmente conquistado a capacidade de terem uma vida na sociedade. Era contra essa nova capacidade de inserção social que o antissemitismo floresceu, gerando animosidades entre aqueles que não se conformavam com o novo processo de assimilação. Como bem destacado por Luciano Oliveira, os judeus "julgando-se a salvo numa Europa 'esclarecida', nunca se protegeram de modo coeso contra essa hostilidade, divididos entre judeus assimilados e a maioria que se recolheu às suas tradições e evitou tomar parte na vida política ou social dos países onde viviam" (OLIVEIRA, 2014, p. 30). Nesse sentido, ambos os grupos não escapavam do julgamento negativo de seus críticos.

Entre os *parvenus*[5], destaca-se a figura de Benjamin Disraeli, primeiro-ministro da rainha Vitória e figura excêntrica que viria a representar toda a aura de mistério e conspiração imperialista do Império Britânico. Por sua atuação política misteriosa, Hannah Arendt acusa Disraeli de "ser um dos responsáveis pela convicção, tão espalhada no senso comum, de que os judeus constituiriam uma força internacional capaz de manipular as alavancas da política mundial – combustível perigoso a alimentar o mito do "judeu-bolchevismo" tão caro à obtusa visão de mundo de Hitler (OLIVEIRA, 2014, p. 31).

Entre aqueles considerados *párias*[6], poucos representaram tanta influência como Alfred Dreyfus, oficial do Estado-maior do exército francês. O caso Dreyfus, que dividiu a França na passagem do século XIX para o XX, é sintomático do impulso antissemita que varreu a Europa nesse intervalo temporal. Acusado, injustamente, de espionar em favor da Alemanha, Alfred Dreyfus representou uma síntese de tudo o que se via de negativo no povo judeu: grupo de indivíduos sempre conspirando para trair os homens de "boa fé", assim como Jesus, em seu tempo, havia sido traído pelos judeus.

O ódio promovido pelos *antidreyfusards*, que se mobilizaram violentamente contra os judeus, representou uma prévia daquilo que viria a ser a "solução final" do totalitarismo nazista. Era como se um amálgama de rancor e hostilidade veladas se revelasse com veemência, demonstrando que algo flagrantemente nocivo viria a acontecer no futuro. Vale ressaltar que

---

[5] Arendt utiliza o termo *parvenu* para se referir ao judeu assimilado que, tendo conquistado posição de destaque na sociedade, considera a sua condição judaica superada. O *parvenu* abandona a política e, por se preocupar apenas com sua salvaguarda pessoal, desconsidera a opressão vivida por seus pares.

[6] O termo *pária* designa a condição do judeu na sociedade, isto é, uma condição que ultrapassa as margens sociais. A condição do *pária* é inferior ao de grupos de minorias oprimidas ou marginalizadas. Arendt emprega o termo com base nos escritos de Max Weber em *A Sociologia das Religiões (2010)*, livro no qual o referido autor analisa a situação dos dálits (párias) na sociedade altamente estratificada da Índia.

essa ojeriza foi amplificada pelo medo de dominação global representada pela obra forjada e antissemita dos “Protocolos dos Sábios de Sião”.

Os “Protocolos”, como se sabe, foram utilizados pelos nazistas para expor uma suposta tentativa de dominação global projetada pelos judeus no limiar do século XIX. A obra foi, nas palavras de Hannah Arendt:

> importante, na medida em que suas origens estão no imperialismo em geral, como foi elaborado em versão europeia continental, altamente explosiva, a partir dos movimentos nacionalmente, ou melhor, etnicamente unificadores, principalmente pangermânicos e pan-eslavistas. Este livro, portanto, é limitado no tempo e no espaço, tanto quanto no assunto. Suas análises cuidam da história judaica na Europa central e ocidental desde o tempo pós-medieval dos judeus da corte até o Caso Dreyfus, naquilo em que ele foi, de um lado, relevante para o nascimento do antissemitismo e, do outro, influenciado por ele (ARENDT, 2014, p. 24).

Assim, os “Protocolos dos Sábios de Sião” foram utilizados não somente para expor um enredo de dominação global de uma “raça” escolhida, mas também para expor as táticas pelas quais uma *nova* raça atingiria o domínio global (CANOVAN, 1995). O antissemitismo moderno, portanto, objetivava não somente exterminar o judaísmo, mas também imitar o que era considerado sua força organizacional: a capacidade tática e operacional de suposta dominação global.

O objetivo de Hannah Arendt, no capítulo dedicado ao antissemitismo, era, por um lado, explicar por que os judeus constituíram as principais vítimas do totalitarismo nazista e, por outro lado, demonstrar que estes não deveriam ser considerados apenas como vítimas. Seu foco foi, portanto, o de argumentar que muito da culpa pelo ódio visceral dos nazistas em relação aos judeus pode ser explicada pelo que estes fizeram ou deixaram de fazer politicamente (CANOVAN, 1995). Conforme a autora explicita de maneira mais profunda na obra *Eichman em Jerusalém*, os judeus, por sua apatia política, e pela aura conspiratória que desenvolveram ao longo dos anos, proporcionaram o modelo ideal que os movimentos totalitários viriam a copiar em meados do século passado. Entretanto, o motivo antissemita é apenas um dos fatores de justificação dos movimentos totalitários. O imperialismo, conforme explicação dada no segundo capítulo de *Origens do Totalitarismo*, corroborou para a consolidação desses regimes.

De fato, as transformações pelas quais a Europa passava na virada do século XIX para o XX serviram como pano de fundo para o surgimento dos Estados totalitários, principalmente em função do enfraquecimento dos Estados nacionais. Essa falência é resultante direta do próprio imperialismo, que possui em seu âmago a necessidade fundamental de dominação.

As formas de imperialismo estudadas por Hannah Arendt foram o do imperialismo colonial na África e na Índia, cujos coloniais principais eram representados pela Grã-Bretanha e a França, e o imperialismo continental do pangermanismo e do pan-eslavismo – representados pela Alemanha e a Rússia. Em ambos os casos, os objetivos imperialistas eram os mesmos: extrair o máximo de riquezas possíveis para manter em marcha o crescimento econômico dos Estados nacionais.

Diante da necessidade constante de crescimento, as fronteiras nacionais tinham que ser naturalmente reduzidas, e o acúmulo de riquezas dava origem para um acúmulo de violências perpetradas por esses Estados. Além disso, a noção de expansão constante e a redução das fronteiras entre os Estados gerava uma nova política econômica, que se fundamentava na ideia de "envolver inexoravelmente os indivíduos, os povos e, finalmente a humanidade" (JARDIM, 2011, p. 32). Talvez uma das frases que mais sintetiza essa ideia é aquela dada por Cecil Rhodes, o qual afirma que "Se eu pudesse, anexaria os planetas".

Os Estados totalitários, em continuidade a esses desígnios imperialistas, incorporaram em seus modelos respectivos a noção de expansão. A *Anschluss* (anexação) da Áustria, no sentido de criar um *Lebensraum* (espaço vital) alemão, assim como a noção Trotskista de Revolução Permanente, cristalizam essa noção de permanente prolongamento. Contudo, a necessidade de expansão não era exclusividade dos Estados totalitários. Para sua efetivação, foram necessárias também a incorporação crescente das massas, cuja explanação mais detalhada será dada na próxima seção deste trabalho.

1.1 O surgimento das massas e a alienação do mundo

Na perspectiva arendtiana, as massas constituem elemento fundamental de sustentação dos regimes totalitários. Sem elas os movimentos totalitários não gozariam da força numérica necessária para levar a cabo um empreendimento cujos objetivos estratégicos e ideológicos tendem para o universalismo. Como afirma a própria autora: (ARENDT, 2014)

> Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhe sejam favoráveis" (ARENDT, 2014, p. 436).

Importante ressaltar que o conceito de massa, para a autora, não deve se assemelhar àquele de organização de indivíduos em classes ou grupos sociais específicos, como a de partidos políticos. Nos sistemas totalitários, de fato, as massas são constituídas de grupos amorfos de indivíduos que, por um motivo ou outro, não se sentem integrados no conjunto do

tecido social. Elas são formadas por uma maioria de pessoas neutras e politicamente indiferentes que não se filiam a um partido, ou não participam regularmente de momentos tipicamente democráticos, como o período de eleições.

Nesse quesito, ainda que não haja menção direta desse fato na obra da autora, não seria reducionismo afirmar que a crise econômica que assolava a Europa no início da década de 1930 tenha contribuído para criar uma gama ampla de tais contingentes de massas sociais, principalmente na Alemanha nazista, onde o desemprego e a exclusão faziam parte da vida social dos alemães, principalmente no período imediato após a Primeira Guerra Mundial. As massas de pessoas desempregadas, que nunca haviam participado de movimentos políticos, constituíram o principal alvo da propaganda totalitária nazista. Como se sabe hoje, foi nessa organização maciça de indivíduos atomizados e isolados que os movimentos totalitários encontraram seu principal eixo de sustentação. A esse respeito, Rodrigo Ribeiro Alves Neto, em interpretação do trabalho de Hannah Arendt, afirma que:

> O totalitarismo almejou administrar a desmundanização de todos os indivíduos a partir da eliminação, tanto da esfera pública quanto da esfera privada, da existência humana, destruindo toda e qualquer distância entre os indivíduos, comprimindo-os entre si de tal modo que eles se transformem em apenas *Um*. A redução do homem a mero membro da espécie humana ou apenas uma parte do todo acaba por destruir o caráter humano e comum do mundo (NETO, 2009, p. 25).

Assim, a não participação do indivíduo no espaço público inibe a sua capacidade de fazer parte de um grupo social específico, o que o torna isolado perante seus semelhantes e a sociedade. Quando surge, portanto, a oportunidade de esses indivíduos atomizados se sentirem parte integrante de um todo, a devoção dedicada ao grupo de pertencimento pode atingir níveis de paroxismo:

> "Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido. A lealdade total só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto, que poderia dar azo a mudanças de opinião" (ARENDT, 2014, p. 454).

Assim, para angariar o apoio das massas, os movimentos totalitários empreenderam o esforço de não apresentarem um conteúdo específico para seus objetivos de dominação total, já que a apresentação de temas específicos poderia engendrar mudanças de opinião. As questões apresentadas pelos movimentos são, portanto, de ordem geral ou ideológica ampla, o que permite tratar de temas que serão importantes durante séculos. O próprio Hitler, quando de suas exposições públicas, evitava falar em questões específicas de economia ou política: seu objetivo

era quase sempre o de apresentar, de forma obscura e mesmo mítica, os meios que levariam a Alemanha (e a raça ariana, especificamente) à prosperidade e à dominação consequente da Europa e do planeta.

Stálin, por outro lado, enfrentava um problema mais difícil, já que o programa comunista se confundia mais estreitamente com o partido e com a ideologia comunista como um todo. Nesse sentido, as diferentes formas de interpretar o programa comunista davam azo a dissensões internas, o que poderia enfraquecer o movimento como um todo. Não obstante, Stálin, após ter abolido as facções do partido, conseguiu "o mesmo resultado, através de constantes ziguezagues da linha partidária comunista e da constante reinterpretação e aplicação do marxismo, o que esvaziava a doutrina de todo o seu conteúdo, já que não era possível prever o rumo ou ação que ela ditaria" (ARENDT, 2014, p. 455).

Nesse sentido, o mais perfeito conhecimento da doutrina nazista ou comunista não era condição sine qua non para sua efetivação; bastava o acompanhamento repetido daquilo que Hitler ou Stálin afirmavam como verdade suprema que o estado de espírito gerado pela ausência de conteúdo específico seria, indubitavelmente, o de obediência total, descaracterizando qualquer elemento externo que pudesse dissuadir as massas de pertencerem aos respectivos movimentos. Dito isso, um outro elemento que chama a atenção nos regimes totalitários, no que diz respeito às massas sociais, é a aliança temporária que esses estabeleceram entre a elite e a ralé.

Efetivamente, um dos aspectos que caracterizaram essa união inesperada é o fato de que tanto a elite quanto a ralé se encontravam, no pós-Primeira Guerra, no limiar do Estado-nação e da sociedade de classes. Cada qual, é preciso ressaltar, via no movimento totalitário uma forma de defender seus interesses próprios, mas ambos objetivavam uma revolução da ordem social existente: a elite, por sua repulsa aos padrões existentes e à autoridade constituída, antevia no movimento totalitário a extinção desses institutos. A ralé, por sua vez, queria aceder à história; nas palavras de Arendt, "a ralé, e não a elite, sentia-se fascinada pelo 'radiante poder da fama'" (ARENDT, 2014, p. 464). Desse modo, a aliança entre a elite e a ralé advinha do "prazer genuíno com que a primeira assistia à destruição da respeitabilidade pela segunda" (ARENDT, 2014, p. 465).

Assim, as massas – por sua atomização e isolamento –, assim como a elite e a ralé – por sua aliança no desmantelamento da respeitabilidade e da ordem social existentes – se conjugaram para formar os elementos humanos para levar a cabo o experimento totalitário. A unidade desses grupos aparentemente díspares, no entanto, não teria logrado êxito sem a

consecução de um aparato propagandístico forte e consistente, conforme será vista na próxima seção deste trabalho.

1.2 A propaganda como meio de asserção do totalitarismo

Poucos elementos foram tão importantes para a consolidação dos regimes nazista e comunista como a propaganda totalitária. A razão dessa importância é simples: as massas, sobre as quais discorremos na seção anterior, têm que ser conquistadas por meio da propaganda. Afinal, em regimes constitucionais com liberdade (ao menos relativa) de opinião, há certo limite para o uso sistemático da coerção e do terror. Por esse motivo, a propaganda totalitária precisa atrair novos aderentes e parecer verossímil aos olhos daqueles que ainda não pertencem ao movimento.

Importante ressaltar que a propaganda se dirige, em geral, a um público externo que pode ser das camadas não totalitárias da população ou a um outro país ou comunidade não-totalitária. Os diversos comícios realizados em Nuremberg nos anos 1930, assim como os vídeos cinematográficos produzidos pelo regime nazista – do qual *Triumph des Willens* (O Triunfo da Vontade)[7] é o principal expoente – são sintomáticos dessa realidade. A guerra de propaganda travada entre a Alemanha e os países Aliados é também exemplo do caráter externo da propaganda nazista. Tanto é assim que Frank Capra, com o apoio do governo norte-americano e em resposta ao filme de Riefenstahl, produziu uma série de sete filmes propagandísticos com o título de *Why we fight* (Por quê lutamos). Nesse sentido, a luta entre os regimes ocidentais e totalitários se dava não somente nos campos de batalha, mas também no campo das ideias e das ideologias.

Para Hannah Arendt, de fato, existe uma relação estreita entre propaganda e doutrina. Essa relação, por sua vez, depende do tamanho do movimento e da pressão externa sobre o regime totalitário:

> Quanto menor o movimento, mais energia despenderá em sua propaganda. Quanto maior for a pressão exercida pelo mundo exterior sobre os regimes totalitários – pressão que não é possível ignorar totalmente mesmo atrás da "cortina de ferro" – mais ativa será a propaganda totalitária. O fato essencial é que as necessidades da propaganda são sempre ditadas pelo mundo exterior; por si mesmos, os movimentos não propagam, e sim doutrinam (ARENDT, 2014, p. 476).

[7] Produzido e dirigido por Leni Riefenstahl em 1935. O filme recebeu uma Medalha de Ouro na Feira Mundial de Paris em 1937, assim como premiações nos Estados Unidos e na Suécia.

Vale salientar que, no pensamento arendtiano, quando o totalitarismo detém o poder, ele tende a substituir a propaganda pela doutrinação, empregando a violência "não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras totalitárias" (ARENDT, 2014, p. 474). Internamente, portanto, a propaganda se transforma não em um elemento de persuasão, mas sim em um elemento de doutrinação. Para alcançar esses objetivos (tanto de persuasão quanto de doutrinação), a propaganda totalitária vale-se de diversas técnicas e subterfúgios políticos.

Como afirmado pela autora, efetivamente, "os nazistas, sem o confessarem, aprenderam tanto com as organizações dos gângsteres americanos quanto a sua propaganda, confessadamente, aprendeu com a publicidade comercial americana" (ARENDT, 2014, p. 474). Isso significa, em outras palavras, o uso meticuloso de palavras veladas, insinuações indiretas e ameaças contra todos aqueles que não apoiam a doutrina do Estado. A propaganda comunista, em particular, era consideravelmente eficaz nesse quesito.

Com efeito, a propaganda soviética impunha nas massas a ideia de que, ao não pertencer ao movimento, estar-se-ia ficando às margens da história, o que poderia levar a uma vida infrutífera e contrária ao curso natural dos eventos do momento. Para uma massa de indivíduos isolados e politicamente indiferentes, a ameaça de uma vida destinada ao esquecimento representava aquilo que havia de mais ignóbil para uma vida humana. Não sem razão, as propagandas totalitárias tocavam nesse ponto crucial que representa, em realidade, um aspecto fundamental da natureza humana: a necessidade de reconhecimento.

Para alcançar seus objetivos persuasivos, a propaganda totalitária recorria ao uso indiscriminado do cientificismo, não hesitando em fabricar comprovações dúbias ou literalmente inverificáveis. O cientificismo, pelo seu ar de legitimidade, facilita a aceitação das massas, que veem na propaganda a tradução de uma lei natural da qual elas querem fazer parte. A convicção de que, por meio do poder da razão, é possível prever o futuro, alimenta o florescimento dos movimentos totalitários. O materialismo histórico dialético, por exemplo, é representado como uma forma "científica" de se entender o percurso da história, e como a implantação do regime (no caso comunista) revolucionará, para melhor, o sistema capitalista como um todo e as relações sociais, em específico.

No caso da Alemanha hitlerista, em particular, o cientificismo que caracteriza o pano de fundo das ideias racistas e antissemitas do regime cria (por mais paradoxal que isso possa parecer) uma unidade de pensamento entre os adeptos do nazismo. Não sem razão, Hitler foi

capaz de fazer sua concepção de *Volksgemeinschaft* ser aceita, e mesmo defendida por um contingente considerável de alemães. Na atmosfera geral que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, de fato, a "teoria" de que o povo alemão era igual por natureza, e unido na "raça" ariana, granjeou a aceitação de considerável parte da população. Com a pseudociência médica e biológica para apoiar essa ideia, conforme pôde ser visto com as teorias raciais de Gobineau, por exemplo, a aceitação da propaganda era ainda mais facilmente acolhida.

Mas o cientificismo não era o único meio de persuasão utilizado pela propaganda totalitária. É forçoso lembrarmos que, para ser convincente, a propaganda tem que ter um elemento de mistério, de obscuridade. Como afirma a própria autora, as massas modernas

> "Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte" (ARENDT, 2014, p. 485).

Nesse sentido, a eficácia da propaganda totalitária está intimamente ligada à forma pela qual suas mensagens são transmitidas. Se essas lograrem o êxito de fornecer, ao mesmo tempo, respostas aparentemente lógicas, porém ocultas, sua capacidade de persuasão será amplamente incrementada. Isso porque, as massas "predispõem-se a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso" (ARENDT, 2014, p. 485).

Tanto os nazistas quanto os bolchevistas eram mestres nessa técnica de persuasão. Ambos partiam de elementos misteriosos e/ou ameaçadores e, a partir daí, criavam um ambiente de virtualidade ou medo constante. Vale ressaltar que pouco importava a origem do mistério; de fato, as motivações poderiam variar de ameaças conspiratórias de grupos anarquistas a ações ocultas de maçons ou sociedades secretas. O importante era utilizar esses fatores, que não eram totalmente irreais, para criar um mundo paralelo de justificações que fizessem os indivíduos aceitarem as ações (não-raro violentas) dos movimentos. Mas como a propaganda totalitária, por si só, não era suficiente para a consecução desse objetivo, é importante tratarmos de um aspecto que, na visão arendtiana, representa um ponto fundamental da política moderna, e dos totalitarismos em específico: a utilização do poder, da violência, da ideologia e do terror.

1.3 Poder, violência, ideologia e terror

A propaganda permitia a consolidação do totalitarismo sem o recurso à violência armada ou à agressão física de pessoas. Ela permitia a aderência psicológica dos indivíduos que passavam a aceitar fazer parte do movimento. Mas para fazer o sistema totalitário se expandir, era necessário que as ideias do líder fossem aplicadas na realidade, e para que isso acontecesse, fazia-se necessária a ação violenta das forças de polícia.

O método instaurado por Hitler para alcançar esse objetivo foi o de valer-se de organizações de vanguarda, que visavam proteger os membros do movimento totalitário contra as pressões de ordem externa. Essa proteção, por seu turno, permitia "introjetar em seus membros um espírito de normalidade diante de um mundo de mentira e ficção no qual viviam" (SIVIEIRO, 2008, p. 70). Assim, o totalitarismo se fortalece centrifugamente, uma vez que reduz a influência que o mundo não-totalitário pode exercer sobre seus membros. A *Sturmabteilung* (SA) e a *Schutzstaffel* (SS) são exemplos sintomáticos dessa característica.

Criada em 1926, a SA surgiu como formação paramilitar, e tinha como objetivo defender os comícios realizados pelo partido nazista. A SS, por sua vez, surgiu em 1929, e tinha como foco principal defender os membros da elite do partido. Na sua origem, era uma subdivisão de elite da SA. Como formações paramilitares, ambas as formações objetivavam a proteção dos membros do partido, assim como seus líderes. Seu intuito principal não era bélico ou de defesa nacional. Ambos são exemplos de violência arbitrária, pelo terror que exerciam no período pré-totalitário, assim como no momento de sua ascensão ao poder. Os diversos *pogroms*, a *Kristallnacht* e mesmo o Holocausto são apenas alguns dos exemplos desse excesso de violência.

Vale ressaltar que a polícia secreta, tanto na Alemanha quando na Rússia Bolchevista, representavam o uso arbitrário da violência contra supostas ameaças externas. A *Geheime Staatspolizei* (Gestapo), por exemplo, criava um clima proposital de instabilidade permanente, o que permitia a eliminação de grupos sociais não-totalitários ou simplesmente contrários ao regime. Ora, se essa violência fora de fato possível, é porque o totalitarismo se diferencia, em sua essência, de outras formas de organização política, tais como a tirania, o despotismo ou as ditaduras. Nas palavras da autora:

> Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu

> o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. Os governos totalitários do nosso tempo evoluíram a partir de sistemas unipartidários; sempre que estes se tornavam realmente totalitários, passavam a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas ou de bom senso – podia mais nos ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação (ARENDT, 2014, p. 611).

O último capítulo de *Origens do totalitarismo* introduz, de fato, a ideia de que "os regimes totalitários introduziram no *corpus* jurídico-político uma nova noção de lei" (JARDIM, 2011, p. 38). A lei, como tradicionalmente entendida nos sistemas normativos ocidentais, era considerado como o meio pelo qual as relações entre os indivíduos eram reguladas na sociedade. Nesse sentido, ela representa um elemento de estabilidade, uma vez que detém uma certa fonte de previsibilidade. Entretanto, no totalitarismo, a organização jurídica existente é superposta por uma lei superior, "que reflete o movimento da história e da natureza" (JARDIM, 2011, p. 39).

No regime comunista, por exemplo, a afirmação de que a classe proletária é superior às outras independe, *a priori*, do acerto jurídico entre indivíduos. Essa afirmação dependerá mais de como o regime transmite a informação de que a superioridade do partido é um resultado natural da história, que está sempre em movimento. A transmissão dessa "informação" se dá, não-raro, pela própria ideologia do partido que, no totalitarismo, serve como elemento fundamental de doutrinação. Assim, há certas questões relativas à forma como Arendt interpreta o papel desempenhado pelas ideologias que devem ser consideradas com mais destaque.

Em primeiro lugar, é necessário explicitar que as ideologias – tanto comunistas como nazistas – apresentam soluções totais para todo o conjunto da realidade. O materialismo histórico dialético, no caso comunista, explica, por meio da contraposição sintética entre classes sociais, todo o curso da história. Em outras palavras, a ideologia não dá margens para relativismos: o futuro da humanidade caminharia, em função da contraposição de interesses entre burgueses e proletários (aqui considerando a ideia hegeliana de tese, antítese e síntese), para sociedades socialistas e, no último estágio da história, comunistas.

Em segundo lugar, as ideologias postulam a existência de uma realidade oculta e praticamente inacessível:

> Elas não confiam nos dados fornecidos imediatamente pelos sentidos, mas preferem, ao invés disso, postular a existência de uma realidade mais "verdadeira", escondida por trás de tudo que aparece. Uma espécie de sexto sentido é exigida para dar conta dessa realidade, cuja face "verdadeira" só pode ser atingida pelo pensamento ideológico. A constante preocupação com a presença de forças ocultas e com a ameaça de complôes

> insidiosos é uma marca do dia a dia da política nos contextos totalitários (JARDIM, 2011, p. 40).

Por fim, as ideologias são organizadas em encadeamentos lógicos que, do ponto de vista do raciocínio, são praticamente irrefutáveis. Na ideologia nazista, por exemplo, o uso de silogismos para justificar a "eliminação" dos judeus ou todos aqueles que não atendessem aos critérios de "pureza racial" era amplamente empregado, principalmente nos meios de propaganda. Silogismos como: (A) os judeus são inferiores à raça pura ariana; (B) X, Y e Z são judeus; logo (C) X, Y e Z são inferiores à raça ariana eram comuns, e amplamente aceitas como parte da base ideológica nazista. No capítulo XI de *Mein Kampf* (Minha Luta)[8], são numerosos os exemplos dessas lógicas distorcidas. No início desse capítulo, Hitler afirma, por exemplo, que:

> Todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta do que a de um de seus pais, o inferior, mas não atingirá, entretanto, à altura do superior em raça [...]. O papel do mais forte é dominar. Não se deve misturar com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria (HITLER, 1962, p. 185).

Assim, a ideologia fornece alguns dos atributos que permitem criar, nos sistemas totalitários, não somente as explicações para o uso da violência, mas também os elementos que contribuirão para a doutrinação dos indivíduos. Não obstante, os movimentos totalitários não se resumem a isso. Talvez um dos pontos mais fundamentais dos totalitarismos seja o fato de que estes se empenham para erradicar o espaço da esfera pública.

Com efeito, para garantirem sua expansão e constante movimentação, os governos totalitários se esforçam em isolar os indivíduos, extraindo deles a liberdade inerente à vida privada. Essa extração subtrai das pessoas o sentimento de pertencimento, a capacidade de ter voz ativa nas questões de sua comunidade ou do seu país, de ter uma pátria e uma experiência individualizada. O terror, nesse sentido, contribui para que os indivíduos se sintam perdidos na solidão e no abandono:

> O terror age estrategicamente. Diz não estar contra e nem a favor dos homens. No entanto, destrói a condição de pluralidade dos homens e os coloca numa constante situação de pressão pela qual uns acabam ficando contra os outros, eliminando os laços de relação e aproximação. Interessa ao terror a instauração de um projeto verticalizado, centrado na figura de um só homem que leva adiante o legado do movimento totalitário.

[8] HITLER, Adolf. Minha Luta. 8ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962. A primeira edição do livro foi publicada em 1926. É considerado texto fundamental para o entendimento da ideologia nazista.

> Terror e movimento estão juntos neste projeto, a ponto de a própria lei ser concebida sobre a base do movimento, sem questionar o certo ou errado (SIVIERO, 2008, p. 84).

Com o isolamento característico do totalitarismo, os indivíduos se tornam incapazes de pensar e de inaugurar uma nova realidade. Nesse sentido, a impotência de agir, assim como o fim das esferas pública e privada, restringe a capacidade democrática da sociedade e transforma o homem de massa numa engrenagem fundamental para a consolidação do sistema totalitário. Com o fim dos espaços nos quais os agentes podem se revelar, portanto, o sistema totalitário representa a degradação mesma da "dignidade da política", que Hannah Arendt procurava resgatar. É preciso lembrar, afinal, que a perspectiva arendtiana de política é largamente tributária de uma visão ontológica oriunda da Grécia clássica de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Mais especificamente, Arendt – sobretudo em sua obra *A condição humana* – segue uma linha de raciocínio que considera como positivo o caráter agonístico dos gregos, isto é, a sua disposição natural para o embate de ideias e proposições. Nesse quesito, ela se distancia de uma perspectiva mais platônica (e consequentemente socrática, visto que Platão escreveu a maior parte de suas obras com base em diálogos atuados por Sócrates), que percebe o elemento agonístico da *pólis* grega como algo negativo, contrário à ordem, à previsibilidade e à razão, e se aproxima de uma visão em que a ação dos indivíduos, possibilitada pelo espaço público, permite a consolidação da própria liberdade[9]. Em outras palavras, ao contrário do que propunha Platão, isto é, uma orientação da política pela filosofia, passando pelo intermédio de um rei-filósofo (o que ajudaria a reduzir a imprevisibilidade das ações humanas), Arendt valoriza a ação política – ainda que muitas vezes imprevisível – como elemento de liberdade, ou seja, a instância na qual ocorre a revelação dos agentes no espaço público.

Dito isso, é forçoso destacarmos que Arendt nunca abordou, em sua vasta obra, o tema da democracia de uma forma sistemática. A leitura do último capítulo de *Sobre a Revolução*, intitulado "A tradição revolucionária e seu tesouro perdido" nos leva a crer que ela tinha uma certa predileção por governos conselhistas, visto que esses procuravam "lançar as fundações de uma república proclamada com todas as suas consequências" (ARENDT, 2011, p. 331).

Os conselhos eram vistos por Arendt como elementos importantes na "esperança de transformação do Estado, de uma nova forma de governo que permitisse a cada membro da sociedade igualitária moderna se tornar um 'participante' nos assuntos públicos, que foi sepultada pelas catástrofes das revoluções do século XX" (ARENDT, 2011, p. 331). Como

[9] WOLIN, S. Hannah Arendt: Democracy and the Political. Salmagundi, v. 60, p. 3-19, 1983. Nesse texto, Sheldon Wolin, faz uma análise profunda dessas distinções.

espaços de liberdade, eles representavam aquilo que Arendt estabelecia como um dos critérios essenciais de sua visão da política: a aparência espontânea no espaço público. Dessa forma, o que vale ressaltar dessa breve exposição é o fato de que Hannah Arendt não se refere ao termo "democracia" *per se* para se referir às democracias modernas, e sim ao termo "república", que significa governo dos melhores segundo a tipologia aristotélica.

A abordagem utilizada por Hannah Arendt para descrever o fenômeno totalitário é marcada por diversos *insights* que trazem nova luz sobre essa questão evidentemente complexa. No entanto, Raymond Aron, que pertence à mesma geração de intelectuais que se depararam com esse fenômeno, expôs sobre o tema de forma igualmente original, ainda que pouco estudada na literatura relativa ao assunto em tela. O próximo capítulo, nesse sentido, tem o objetivo de explicitar as concepções e metodologias propostas pelo autor, as quais serão posteriormente confrontadas com as de Hannah Arendt, de forma comparativa.

CAPÍTULO 2 – DEMOCRACIA E TOTALITARISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE RAYMOND ARON

Autor de uma obra eclética e monumental, Raymond Aron pode ser considerado como um dos autores liberais mais importantes do século XX. Sua produção intelectual, estimada em mais de 70 livros e 4.000 artigos publicados[10], abrange desde questões de filosofia a assuntos de política internacional, economia, sociologia política e história. Não sem razão, sua obra tende a ser, como afirma um de seus principais intérpretes, "mais citada do que lida" (HALL, 1981, p. 164). No que tange à teoria política, entretanto, Aron não foi um autor prolífico. A prática política, como veremos mais adiante, o interessava mais do que ensaios abstratos sobre conceitos e teorias.

De fato, ao contrário de Jean-Paul Sartre, seu *petit camarade* dos tempos da *École Normale Supérieure de Paris* (E.N.S.), e da *intelligentsia* francesa da segunda metade do século XX, seu objetivo intelectual não era o de construir um sistema filosófico completo e fechado, mas sim o de buscar meios para ajudá-lo a entender o contexto social, econômico e político no qual ele estava inserido.

Com esse objetivo em mente, ele concebeu uma teoria das sociedades industriais e dos regimes políticos do século XX, que estão presentes na trilogia de livros *Dezoito lições sobre a sociedade industrial (1962), La lutte des classes (1964) e Démocratie et totalitarisme (1965).* Neles, encontramos os principais legados deixados por Aron no que diz respeito às suas concepções sobre as sociedades industriais e seus respectivos regimes políticos (democráticos e totalitários).

Antes, no entanto, de estudarmos esses livros em mais detalhes, caberia frisar alguns dos aspectos conceituais e metodológicos adotados pelo autor. Afinal, como afirmamos anteriormente, sua obra tende a ser muito vasta e eclética, e é preciso entendermos, antes de qualquer análise, como esse pensamento é unificado. Para tal, estudaremos, em um primeiro momento, as influências que os autores clássicos exerceram na sua formação e, em seguida, apresentaremos suas concepções a respeito da filosofia da história, ou seja, como essas concepções impactam sua visão da realidade social.

Francisek Draus (1984, p. 1199), em artigo intitulado *Raymond Aron et la politique*, afirma que na sua conceptualização dos regimes contemporâneos, Aron "se inspira no

[10] De acordo com pesquisa de DIAS JR, Antônio. A sociologia política de Raymond Aron. 2013. 571 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013

pensamento de Aristóteles, na medida em que ele reconsidera a definição clássica do problema político, isto é, o problema da organização legítima da autoridade e da obediência como fundamento de toda coletividade política".

De fato, ao tentar interpretar as sociedades modernas, Aron busca entender de que forma a organização política de um Estado molda a coletividade como um todo. No capítulo introdutório de *Démocratie et totalitarisme*, o autor afirma que "Eu me esforçarei para estudar o sistema particular da política para averiguar em que medida os filósofos do passado tinham razão em admitir que a característica fundamental das coletividades é a organização dos poderes" (ARON, 1965, p. 35). Assim, ao contrário do que a doutrina marxista indicaria, Aron não busca entender as sociedades com base em seus aspectos puramente econômicos: ele busca identificar de que forma a política, e não a economia, molda a sociedade como um todo.

Importante ressaltar, nesse sentido, que apesar de Aron recorrer à filosofia política dos gregos, ele não tenciona fazer de seus estudos apenas uma réplica moderna d' *A Política* de Aristóteles, classificando as diferentes formas de Estado de acordo com suas organizações constitucionais. Afinal, é preciso lembrar que, além de filósofo de formação, Aron era também um sociólogo, e, como se sabe, a sociologia é uma tentativa de se buscar fatos empíricos sem julgamentos (na medida do possível) de valor.

Assim, inspirado pela influência metodológica e decisiva de Max Weber, Aron concilia o clássico com o moderno, trazendo influências da filosofia política clássica com o pensamento moderno da sociologia política alemã. É essa dupla origem intelectual que marca a originalidade do pensamento político aroniano. Suas concepções sobre as sociedades industriais são uma síntese entre a sabedoria dos gregos antigos e os métodos das ciências sociais contemporâneas. Citado por Antônio Carlos Dias Júnior (2013, p. 189), José Guilherme Merquior[11] chega a afirmar que Aron

> Seria uma espécie de "Montesquieu das sociedades industriais", dada a utilização definitiva em seus textos do método comparativo *par excellence* na análise sociológica. Na ótica aroniana, todas as sociedades industriais apresentam muitas semelhanças no nível das forças produtivas, e, portanto, as diferenciações mais específicas das sociedades modernas dependem sobremaneira de suas formas de governo e representatividade, bem como da maneira pela qual o poder político é exercido.

Importante ressaltar, entretanto, que o pensamento aroniano não se resume a essa complementaridade entre o clássico e o moderno. Sua interpretação da realidade social passa igualmente pela sua crítica à filosofia da história, objeto de pesquisa de sua tese de doutorado.

[11] No préfacio de ARON, R. Estudos Políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

De fato, é precisa lembrar que, antes de se tornar sociólogo, Raymond Aron era filósofo de formação. Ao concluir seu curso de estudos superiores na *École Normale Supérieure*, o autor fora convidado, pelo Ministério das Relações Exteriores da França, a proferir aulas de francês na Universidade de Colônia (ARON, 1983). Foi durante esse período de três anos na Alemanha do início dos anos 1930 que Aron teve seus primeiros contatos com a fenomenologia de Husserl e o pensamento de Heidegger, o que despertou seu interesse pela filosofia da história, tema pelo qual dedicara sua tese de doutorado.

Com o título de *Introduction à la philosophie de l'histoire, Essai sur les limites de l'objectivité historique* (Introdução à filosofia da história, Ensaio sobre os limites da objetividade histórica), a tese constitui o alicerce do edifício intelectual aroniano. Desse trabalho (publicado em forma de livro em 1938), três ideias fundamentais devem ser observadas (CHANLAT, 1982, p. 120).

A primeira delas é a de que as ações e as interpretações dos homens devem ser entendidas em toda sua pluralidade:

> Não existe uma realidade histórica científica que se convencionaria apenas reproduzir com fidelidade. A realidade histórica, porque ela é humana, é inequívoca e inesgotável. A pluralidade de universos espirituais por meio dos quais a diversidade humana se revela, a diversidade dos conjuntos nos quais as ideias e os atos mais elementares se concretizam são inequívocos. São também inesgotáveis as significações dadas de um homem para outro, de uma obra para os intérpretes, do passado para os presentes sucessivos (ARON, 1938, p. 147).

Segundo o autor, efetivamente, as ações humanas não têm regularidade pré-definida, e, como consequência, devem ser entendidas em todas as suas diversidades de manifestação. Ademais, seguindo os passos de Max Weber, autor em que encontrou "o que procurava; um homem que tinha ao mesmo tempo a experiência da história, a compreensão da política, o desejo de verdade e, no final, a decisão e a ação" (ARON, 1982, p. 42), Aron afirma que o determinismo global da história não era uma realidade viável, uma vez que:

> Geralmente, todas as relações causais são, na sociologia, parciais e probabilísticas, mas essas características assumem, segundo o caso, um valor diferente. As causas naturais não levam as sociedades humanas a instituições claramente definidas. As causas sociais são via de regra adequadas, mas não necessárias, porque raramente um efeito depende tão somente de uma causa, pois, em todo caso, o determinismo parcelar só se revela em constelações singulares que não se reproduzem fielmente (ARON, 1982, p. 281).

Essa segunda ideia, que sintetiza o ceticismo aroniano em relação ao determinismo histórico, é não somente uma crítica ao materialismo dialético marxista, que pretende ser uma ciência capaz de prever o futuro da humanidade, mas também a formas de sociologismo que se baseiam em fundamentos positivistas. Efetivamente, a filosofia histórica de Aron é oposta ao

racionalismo científico e ao positivismo. Para ele, efetivamente, a filosofia deveria se desenvolver "no movimento, renovado sem cessar, da vida para a consciência, da consciência para o pensamento livre e do pensamento para a vontade" (ARON, 1938, p. 137).

Assim, recusando ao mesmo tempo sua associação ao historicismo científico e ao relativismo total, Aron propõe a terceira ideia de sua filosofia da história: a necessidade da escolha. Para ele, como a história não é o resultado de fatores determinísticos, cabe ao ator, considerando as probabilidades das consequências de seus atos, fazer as escolhas que se apresentam à sua realidade social.

Ora, como afirma o autor ao final de *Introduction à la philosophie de l'histoire*, toda política inicia com uma aceitação ou rejeição da ordem existente. Essa escolha, por sua vez, pressupõe um conhecimento dos regimes contemporâneos existentes, razão pela qual, em seu retorno da Alemanha, nos anos 1940, ele empreende um estudo comparado dos Estados democráticos e totalitários, publicado em *Démocratie et totalitarisme* (1965), objeto de estudo da próxima seção deste capítulo.

2 Democracia e totalitarismo

Démocratie et totalitarisme é o terceiro livro de uma trilogia que compreende também as obras *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (1962) e *La lutte des classes* (1964). Esses três livros constituem os principais legados deixados por Aron no que diz respeito às suas concepções sobre as sociedades industriais do século XX, suas economias, formas de organização social e política.

Desde a década de 1940, de fato, Aron tencionava realizar uma comparação entre Marx e Pareto, ao menos no que tange ao estudo das classes sociais e dos movimentos revolucionários do século XX, isto é, dos fascismos e do comunismo. Essa comparação foi consolidada nos três livros supracitados, que resultam de suas notas de aula proferidas na Sorbonne entre 1955 e 1958.

Se nos dois primeiros livros primeiros Aron empreende uma análise comparativa das estruturas econômicas e sociais das sociedades industriais, é no terceiro que ele foca na variável principal que distingue as democracias dos totalitarismos: a variável política.

Para Aron, de fato, não se pode diferenciar os regimes democráticos dos totalitários apenas em seus aspectos econômicos e sociais. Isso porque o *leitmotiv* das *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* é que tanto as economias capitalistas dos regimes democráticos quanto a economia planificada dos regimes totalitários têm um objetivo em comum: aumentar a

produção industrial. Como consequência, ainda que haja diferenças pontuais nas formas com as quais esses dois tipos de sociedade organizam sua atividade produtiva, não se pode diferenciá-las apenas com base nos critérios econômicos.

Assim, para diferenciar os regimes democráticos dos totalitários, Aron propõe a oposição de dois tipos ideais: os regimes constitucionais-pluralistas e os regimes de partido único (ou monopolístico).

2.1 Os regimes constitucionais-pluralistas

Os regimes constitucionais-pluralistas, na visão de Raymond Aron, são caracterizados pelo fato de que possuem "uma organização constitucional da concorrência pacífica pelo exercício do poder" (ARON, 1965, p. 76). Nesse sentido, por serem regimes constitucionais (que a constituição seja escrita ou não), pressupõem que as regras normativas definam, para o exercício do poder, as modalidades de concorrência entre os indivíduos e os grupos políticos. Ademais, segundo o autor, essa concorrência deve ser pacífica, e a utilização de mecanismos como golpes de Estado é obviamente contrária à essência dos regimes constitucionais-pluralistas. Em outras palavras, a disputa política é um elemento fundamental dos regimes democráticos, mas essa disputa deve ser realizada dentro dos limites da legalidade constitucional.

Um outro aspecto a que Aron chama atenção é o fato de que o exercício do poder, nos regimes pluralistas, deve ser por essência temporário. Isso significa dizer que aqueles que exercem o poder não devem se considerar destinados a exercê-lo indefinidamente. Em outras palavras, a essência da concorrência democrática é a de que "aquele perdeu uma eleição não a tenha perdido para todo o sempre" (ARON, 1965, p. 77). Quando o candidato a algum cargo político ganha uma eleição, ele não pode impedir que os candidatos perdedores não possam concorrer a um outro pleito eleitoral, pois assim se estaria colocando a oposição às margens da lei.

Nos regimes pluralistas, a organização pacífica da concorrência pelo exercício do poder tem por expressão principal as eleições. Para o autor, isso não significa dizer que as eleições sejam a única forma de se traduzir em realidade a ideia de concorrência pacífica pelo exercício do poder. De acordo com ele, mesmo se nas cidades-estados gregas Aristóteles considerava que o sorteio seria uma forma justa e legítima de democracia, um tal modelo não seria apropriado para as sociedades modernas. Afinal, os cidadãos dessas sociedades são muito diferentes entre si para não aceitarem um método que não seja aquele da eleição (ARON, 1965, p.77).

Por fim, importante ressaltar que a análise dos regimes políticos em Aron é em parte derivada das conceituações de Montesquieu. Na obra deste autor, de fato, surge o conceito do "princípio do regime", que nada mais é do que o espírito típico dos cidadãos e dos governantes que visam garantir a estabilidade do regime político em que vive (MONTESQUIEU, 1979). Qual seria, nesse sentido, o princípio dos regimes constitucionais-pluralistas, segundo a concepção de Aron?

Na perspectiva aroniana, o princípio dos regimes constitucionais-pluralistas é uma combinação de dois sentimentos: o respeito da legalidade (ou das regras) e o sentido de compromisso. Para o autor, o princípio primeiro da democracia é o respeito às regras ou às leis, pois, como foi mencionado anteriormente, a essência dos regimes pluralistas é a legalidade da concorrência pelo exercício do poder. Nesse sentido, uma democracia sã é uma democracia em que os cidadãos respeitam não somente a constituição, que fixa as diversas modalidades de luta política, mas todas as leis que constituem o quadro no qual as atividades dos indivíduos se concretizam.

No entanto, o respeito às leis e às regras não é por si só suficiente, uma vez que, algo mais, que não seja escrito, deve ser essencial para o cumprimento da legalidade: o sentido de compromisso. O sentido de compromisso é o reconhecimento da legitimidade parcial dos argumentos de outrem, isto é, a busca por uma solução que seja aceita por todos em um determinado sistema político.

Não obstante, esse princípio suscita um problema importante, e que, portanto, não pode ser negligenciado: como estabelecer uma organização governamental eficaz em meio a disputas partidárias permanentes? Para responder a essa pergunta, Aron formula uma outra questão, que serve como fio condutor para o entendimento das demais características dos regimes pluralistas: quem faz parte do governo, e para quem governa?

Partindo das obras de Pareto, Mosca e Robert Michels, Aron afirma que a natureza de todos os regimes políticos é oligárquica. Isso significa dizer que todas as sociedades complexas são governadas por um pequeno grupo de indivíduos, e que os regimes variam segundo as características da minoria que exerce o poder. Assim, segundo o autor, essas características variam de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade industrial, ou seja, nos países em que esse grau de desenvolvimento é ainda baixo, há uma relação direta entre as minorias economicamente avantajadas e as minorias politicamente dirigentes. Diz o autor que:

> Os países nos quais essa coincidência pode ser verificada são aqueles em que a minoria economicamente dominante é aquela dos grandes proprietários. Quando a massa da população vive no campo, a introdução do sufrágio universal favoriza a eleição de

> representantes de classe economicamente privilegiados, aquela que possui terras e constitui o enquadramento natural das massas campesinas (ARON, 1965, p. 140).

Nesse sentido, à medida que a sociedade industrial vai se complexificando a relação intrínseca entre as duas classes minoritárias diminui:

> Quando 80% da população vive do trabalho nas vilas, onde não há uma aristocracia natural, comparável àquela dos grandes proprietários de terra, a coincidência entre as classes economicamente e politicamente dominantes diminui. Os cidadãos não se encaixam num enquadramento espontâneo; eles votam em representantes de partidos que não são ou não acreditam ser a partir do poder das classes economicamente privilegiadas (ARON, 1965, p. 141).

Como consequência do grau de desenvolvimento econômico das sociedades industriais, Aron afirma que o poder exercido pelas minorias economicamente privilegiadas varia segundo o país e a época. Segundo ele, essas minorias não possuem (nem para o bem nem para o mal) uma força absoluta. Para ele, seria um equívoco acreditar que, porque esses homens "são capazes de administrar usinas, que eles seriam capazes de simultaneamente manipular a imprensa, os partidos políticos e o Parlamento. Seria conceder-lhes demasiada honra e inteligência". Ademais, segundo o autor, os representantes do grande capitalismo são "menos politizados do que se imagina" (ARON, 1965, p. 149).

Assim, a estabilidade de um regime com tais características não é de todo evidente. De acordo com Aron, a dualidade entre a elite econômica e a política tem como consequência a divisão do poder. Em outras palavras, ao invés de se concentrar o poder nas mãos de poucos indivíduos, não se sabe, nos regimes constitucionais-pluralistas, quem de fato governa. Essa incerteza, por sua vez, pode gerar desconfiança e um sentimento de repulsa contra as oligarquias do país, repulsa esta que se manifesta por meio de agitações populares e instabilidade.

Para assegurar que a ordem e a estabilidade sejam respeitadas, é preciso, segundo o autor "um acordo entre as regras constitucionais e o sistema partidário e, além disso, um acordo entre o conjunto da constituição e dos partidos de um lado e a infraestrutura social ou as preferências coletivas, do outro" (ARON, 1965, p. 154). Vale ressaltar que não é a regra constitucional por si só que garante a estabilidade e eficácia do regime, mas o acordo entre essa regra e o sistema de partidos. Nesse sentido, há duas formas possíveis de assegurar a estabilidade em regimes constitucionais-pluralistas: o presidencialismo de tipo norte-americano e o parlamentarismo de tipo britânico.

No sistema presidencialista norte-americano, o Poder Executivo é por essência estável, visto que o presidente é eleito a cada quatro anos e que, salvo por incapacidade física, não pode ser destituído de seu mandato. Como representante da coletividade, ele tem, por prerrogativas

constitucionais, um prestígio e uma autoridade superior à de seus eleitores, que representam apenas uma fração da coletividade.

No sistema parlamentarista, o governo é a expressão de uma maioria parlamentar. Nesse sentido, o governo permanecerá no poder pelo tempo que durar a maioria. Ademais, nesse sistema, o chefe do poder executivo tem ampla margem para agir, visto que ele terá a quase garantia de ter o consentimento do Parlamento.

Vale frisar que o modelo norte-americano de presidencialismo comporta um perigo: não somente o de paralisia provocado pela oposição entre o presidente e a assembleia, mas também o perigo do golpe de estado. Não sem motivo, quando o modelo americano foi replicado em outros países (principalmente da América Latina), o número de golpes de estado foi amplamente multiplicado.

No modelo britânico, o perigo de instabilidade está na possível cooperação entre os dois principais partidos. Com efeito, para permanecer estável, os dois partidos devem combinar as limitações de poder que cada qual receberá quando de sua atuação no governo. Em ambos os casos, para se garantir a estabilidade do regime, é preciso estabelecer mecanismos que "disciplinem as ambições" (ARON, 1965, p. 156).

Dito isto, ainda que os regimes constitucionais-pluralistas alcancem a estabilidade, eles ainda estão sujeitos à corrupção. Aqui, corrupção deve ser entendido no sentido de degradação. Segundo Aron, as causas da corrupção dos regimes pluralistas podem ser de três espécies: a das instituições políticas, a do espírito público e a da infraestrutura social.

A corrupção das instituições políticas aparece quando o sistema partidário não mais corresponde aos diferentes grupos de interesse, ou quando o funcionamento do sistema de partidos é de tal forma instável que nenhuma autoridade serve para estabilizá-la. A corrupção do espírito público é o que Montesquieu chamaria de corrupção do princípio. É possível distinguir diversos tipos dessa corrupção: ou o espírito partidário apaga o sentido de bem comum, ou o espírito de compromisso impede que decisões políticas claras sejam tomadas. Por fim, a corrupção da infraestrutura social é aquela em que a sociedade industrial não funciona apropriadamente, isto é, quando as rivalidades sociais são consideravelmente exacerbadas.

Assim, os regimes pluralistas constituem apenas um dos modelos de regime político das sociedades industriais. Como vimos, esses regimes têm vantagens e desvantagens, e sua estabilidade não é de todo garantida. Na segunda parte de *Démocratie et totalitarisme*, Aron apresenta as características principais dos regimes de partido único (ou monopolístico) que estudaremos em mais detalhes na seção seguinte.

2.2 Os regimes de partido único ou monopolístico

Ao especificar as características dos regimes de partido único, Aron vale-se do pluralismo interpretativo que fundamenta as bases do *Introduction à la philosophie de l'histoire*, que apresentamos no início deste capítulo. Para descrever, portanto, os sistemas totalitários, o autor apresenta três elementos distintivos, a saber: o monopólio do partido, a estatização da vida econômica e o terror ideológico.

Os regimes de partido monopolístico se caracterizam, como diz o próprio nome, pelo monopólio concedido a um partido para o exercício do poder político. Para Aron, os regimes caracterizados por esse monopólio tendem a ser justificados por duas finalidades: "a noção de representação autêntica e a finalidade histórica" (ARON, 1965, p. 80).

Utilizando o caso da União Soviética como exemplo, Aron afirma que os regimes de partido único tendem a julgar que a escolha dos representantes políticos pelo mecanismo das eleições é injusta e manipulada por forças sociais. Nesse sentido, para assegurar uma escolha autêntica, uma representação verdadeira da vontade popular ou vontade do proletariado, justifica-se a adoção de um partido único: a supressão das eleições seria a condição de autenticidade da representação.

O segundo sistema de justificação dos regimes de partido único é o objetivo histórico a que almeja alcançar o partido que detém o poder. No caso da União Soviética, o monopólio da atividade política do partido era visto como indispensável para a criação de uma sociedade nova, repleta de valores supremos (ARON, 1965). Ora, se o objetivo de um partido é a criação de uma nova sociedade, é normal que este procure assegurar o monopólio da atividade política. Para alcançar esse objetivo, Estado e partido devem ficar intrinsicamente interligados.

Nesse sentido, ao contrário dos sistemas pluralistas, em que a existência da pluralidade de ideias garante a neutralidade do Estado, nos sistemas de partido único, o Estado é o vetor principal do partidarismo da agremiação no poder. Por ser partidarista, o Estado monopolístico é obrigado a limitar a liberdade de opinião, visto que a única opinião que conta é aquela do partido no poder.

A consequência principal desse fato é que, em um tal regime, o exercício do poder está submetido às regras e às leis, mas somente para aqueles que não pertencem ao partido. Para estes, de fato, o Estado monopolístico se reserva possibilidades praticamente ilimitadas. Afinal, se o objetivo do partido for uma mudança radical da política, economia e sociedade, como esperar que essas mudanças sejam feitas em meio à moderação e à legalidade? É por esse motivo que Aron argumenta serem esses partidos antes de mais nada partidos revolucionários:

> O partido único é, no fundo, um partido de ação, ou melhor, um partido revolucionário. Os regimes de partido único voltam-se para o futuro e encontram a sua suprema razão de ser não no que foi ou no que é, mas no que será. Como regimes revolucionários, comportam um elemento de violência. Não se poderia exigir deles aquilo que constitui a essência dos regimes multipardários, isto é, o respeito pela legalidade e a moderação, o respeito pelos interesses e pelas crenças de todos os grupos (ARON, 1965, p. 82).

Esse desrespeito pela legalidade e pela moderação nos leva a uma outra questão importante. Segundo o conceito de Montesquieu, qual é o princípio dos regimes de partido único? De acordo com Aron, os dois princípios dos regimes monopolísticos são: a fé e o medo.

Dizer que um dos princípios do partido monopolístico é a fé significa repetir, em outras palavras, que esse partido é um partido de ação, ou partido revolucionário. Ora, como pergunta o autor, "de que forma pode um partido revolucionário sobreviver, senão pela fé de seus militantes? ". Afinal, como foi visto anteriormente, o partido justifica seu monopólio pela grandeza das ambições que ele alimenta, pela glória do fim a que ele se destina. Nesse sentido, para que os militantes e os cidadãos simples aceitem seguir um partido revolucionário, eles precisam acreditar na doutrina, na mensagem desse partido (ARON, 1965, p. 87).

Assim, o papel do partido, além de alimentar o entusiasmo daqueles que acreditam na sua doutrina, é o de limitar o papel reivindicatório dos opositores, de todos aqueles considerados contrarrevolucionários pelo governo. Visando alcançar esse objetivo, o partido político no poder recorre ao terror, que deve ser entendido como um mecanismo que inibe a ação daqueles que são contra o regime político. Diz Aron que "aqueles que não acreditam na doutrina oficial do Estado devem ser convencidos de que são impotentes para mudá-la" (ARON, 1965, p. 88). O importante para o partido no poder não é que os opositores tenham apenas medo da consequência de seus atos; é preciso que eles tenham consciência de sua própria impotência, de sua incapacidade de mudar o regime.

Vale ressaltar que, apesar de Aron utilizar o caso da União Soviética como modelo, os argumentos apresentados acima são válidos também para o regime nazista, ainda que com algumas importantes diferenças. Sem negar que as similaridades entre os dois regimes "são muito marcadas para que sejam apenas simples coincidência", ele afirma que "as diferenças de aspiração, de ideias, de objetivos são muito evidentes para que aceitemos, sem reservas, o parentesco essencial desses dois regimes" (ARON, 1965, p. 291).

O que constitui, segundo ele, a principal diferença entre esses dois regimes é a natureza de seus projetos ideológicos. Se, por um lado, o projeto ideológico do regime comunista é o de criar "o regime mais humano que a história já conheceu", aquele do regime nazista é a "vontade demoníaca de destruição de uma pseudo-raça" (ARON, 1965, p. 291).

Por fim, Aron termina sua obra com a seguinte pergunta: qual é o futuro do regime soviético? Hoje, com o retrospecto do tempo, sabemos qual é a resposta para essa pergunta. Para o autor, no entanto, o objetivo não era o de prever o futuro, ou mesmo de determinar qual seria a melhor forma desse regime, pois, segundo ele, tanto os regimes constitucionais-pluralistas quanto os de regime partido único eram imperfeitos. Para Aron, o mais importante era identificar qual dos dois regimes era mais propício para garantir a consolidação da democracia. Nesse sentido, ele tinha predileção pelo regime constitucional-pluralista, visto que este se aproxima mais do ideal democrático liberal a que ele aspirava.

De fato, como a filosofia aroniana é cética em relação ao determinismo histórico, ela é naturalmente cética em relação aos regimes monopolistas, principalmente o regime comunista. Em outras palavras, os regimes democráticos liberais, ou constitucionais-pluralistas, são mais aptos a abarcar a pluralidade de ideias e ações que fundamentam sua filosofia da história, sintetizada no *Introduction à la philosophie de l'histoire*.

Assim, se a exposição de Raymond Aron é bastante completa no que diz respeito aos fundamentos que constituem as sociedades democráticas e totalitárias, o estudo comparado com a obra de Hannah Arendt soma fatores a essa exposição. O próprio autor, entendendo a importância da explanação conferida por Arendt em *As Origens do Totalitarismo* concedeu uma resenha na qual ele critica, de forma pormenorizada, a interpretação dada por essa autora ao fenômeno totalitário. Como será visto adiante, Aron discordará de certos pressupostos apresentados pela autora alemã, mas manterá, como era de sua índole, respeito profundo que manteve por boa parte de suas respectivas carreiras acadêmicas.

CAPÍTULO 3 – ARENDT E ARON: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS NA INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO TOTALITÁRIO

O primeiro encontro entre Hannah Arendt e Raymond Aron ocorreu em 1933, na cidade de Paris, onde Arendt – ainda uma jovem filósofa com apenas 27 anos de idade – havia se refugiado para se proteger da perseguição de que vinha sendo vítima na Alemanha nazista de Hitler. Por ter trabalhado, entre 1930 e 1933, como professor assistente de francês na Universidade de Colônia e, posteriormente, na *Französisches Akademiker Haus* (também conhecida como a *Maison Française* de Berlim), Aron tinha familiaridade com a realidade e as condições das quais Arendt havia recentemente escapado (BAEHR, 2010).

É preciso lembrar que em 1933 Aron era também um jovem intelectual de 28 anos de idade que, há apenas alguns anos, havia se formado – com louvor – em filosofia na *École Normale Supérieure de Paris*. Sua estadia na Alemanha, num período crítico para a história do país, o influenciou profundamente e contribuiu para que desenvolvesse não somente uma visão mais ampla da filosofia ocidental (já que fora na Alemanha que ele passou a se interessar pela fenomenologia de Husserl, assim como pelas sociologias de Max Weber e Karl Mannheim), mas também um pensamento crítico sobre a política de seu tempo. Foi na própria Alemanha, afinal, que Aron viu o nascimento do nacional-socialismo, os discursos belicistas e intransigentes de Goebbels e Hitler em Berlim, assim como a ascensão do antissemitismo.

Antevendo a crise que viria a se consolidar no futuro próximo, Aron exerceu uma importante influência no auxílio oferecido aos judeus que procuravam se refugiar na França. Hannah Arendt sabia desses auxílios e o respeitava grandemente por isso[12]. Ela mesma, em certa ocasião, fora beneficiada com a generosidade do "Espectador Engajado", já que, por meio de sua cortesia, ela obteve acesso aos seminários de Alexandre Kojève na *École Pratique de Hautes Études* (BAEHR, 2010).

Além desses "pequenos serviços", Aron foi também um dos principais responsáveis, na França, pela tradução e publicação de obras escritas por Hannah Arendt nas décadas de 1950 e 1960[13]. Fora as *Origens do Totalitarismo*, obra pela qual ele foi um dos primeiros a se interessar, na França, ele ajudou a publicar, em 1963, uma versão traduzida de *A Condição*

[12] A admiração que Hannah Arendt tinha por Aron perdurou durante vários anos. No anexo deste trabalho, o leitor verá uma troca de correspondências entre Arendt e Aron no ano de 1975. O conteúdo das mensagens deixa claro o respeito que um tinha pelo outro.

[13] A esse respeito, sugere-se a leitura dos comentários que antecedem o artigo L'essence du totalitarisme: à propos de Hannah Arendt. Commentaire, Paris, p. 943-954, 2005. Disponível em: https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=COMM_112_0943

Humana, na coleção *Liberté de l'esprit*, que ele dirigia na prestigiada editora Calmann-Lévy, de Paris[14].

Não obstante seu entusiasmo pelos trabalhos de Hannah Arendt, e a despeito de seus esforços para introduzi-los no círculo fechado de intelectuais franceses, os livros da autora na França não tiveram uma acolhida imediata. *As Origens do Totalitarismo*, por exemplo, só foi traduzido para o francês entre 1972 e 1975, e a primeira edição do livro foi publicada em três volumes separados, o que não atendia ao propósito inicial da autora. Apesar dessa aparente indiferença inicial, entretanto, H. Arendt obteve progressivo reconhecimento do público francês, sobretudo após a publicação da versão traduzida de *Eichmann em Jerusalém*, em 1966 (MAGALHÃES, 2001). Portanto, o reconhecimento antecipado da importância da obra arendtiana, particularmente no que diz respeito à questão totalitária, confere a Raymond Aron um lugar privilegiado no grupo de críticos que analisaram a fundo a obra da autora.

Em 1954, efetivamente, Aron escreveu uma resenha crítica de *As Origens do Totalitarismo*, que ele reconheceu imediatamente como obra importante, apesar de alguns defeitos pontuais. Nessa resenha, intitulada *L'essence du totalitarisme: à propos de Hannah Arendt* (A essência do totalitarismo: sobre Hannah Arendt)[15], o autor divide sua análise em duas partes distintas: na primeira, ele aponta algumas "reservas", de caráter secundário, sobre a obra como um todo; e na segunda, ele expõe alguns dos principais *insights* dados por Hannah Arendt em seu trabalho, assim como eventuais "defeitos" metodológicos ou de conteúdo. A breve análise que será realizada no próximo subcapitulo seguirá, portanto, a mesma disposição de ideias concatenadas pelo autor ao longo de toda a sua resenha.

3.1 A crítica aroniana de As Origens do Totalitarismo

A primeira crítica apontada por Aron no que diz respeito às *Origens do Totalitarismo* se refere ao próprio título do livro que, segundo ele, não corresponde às expectativas suscitas pelo leitor:

> "O título americano do livro, *The Origins of Totalitarianism*, não corresponde ao seu conteúdo. A autora demonstra, com precisão, que o antissemitismo e o imperialismo do fim do século XIX estão, em um senso muito limitado, nas origens do totalitarismo moderno [...]. Trata-se de três estudos justapostos e não de um estudo ordenado sobre um problema específico (ARON, 2005, 944).

[14] Criada em 1836, a editora Calmann-Lévy revelou autores como Honoré de Balzac, Charles Baudelaire, Victor Hugo, Gustave Flaubert, Georges Sand, Lamartine, Stendhal, entre outros.
[15] Publicado, primeiramente, na revista *Critique (1954)*. Posteriormente, foi republicado na revista *Commentaire (2005).*

A crítica quanto à unidade da obra não é de todo original, e como foi afirmado no primeiro capítulo deste trabalho, era algo de que a própria Hannah Arendt tinha consciência. É certo que pela forma em que Raymond Aron trata as suas próprias análises e pesquisas, essa aparente inconsistência entre o título e o conteúdo da obra não passaria desapercebida. Afinal, a própria forma pela qual *Démocratie et Totalitarisme* foi redigida, isto é, com uma sequência claramente concatenada de ideias, constitui uma diferença – ainda que indireta – entre as formas de tratamento dadas por ambos os autores ao mesmo tema. Não obstante essa constatação, Aron reconhece na obra de Hannah Arendt uma unidade que advém não da forma que ela foi pensada e ordenada, mas de seu próprio estilo:

> A unidade do livro advém do estilo da autora, assim como das conexões reais e forjadas entre antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Personagens históricos, países, partidos e eventos que aparecem no livro nos trazem algo familiar, como as crianças de Velásquez ou os personagens de Daumier ou de Goya. O estilo da Sra. Arendt se parece com o estilo de Orwell em *1984*. A mediocridade ou a desumanidade de todos aqueles que desempenham um papel na trama são tais que somos compelidos a enxergar o mundo à maneira dos totalitários e a sentir-nos misteriosamente atraídos pelo horror e absurdidades descritas (ARON, 2005, p. 944).

O estilo de Hannah Arendt é de fato *sui generis*. Nele a autora conjuga elementos de narração, história, filosofia, religião e política, e o faz de forma bastante original. Mas não é apenas o estilo inconfundível que impressiona Raymond Aron. A fascinação que a autora demonstra pelos "monstros que ela recolhe do mundo real" revelam uma "imaginação lógica" semelhante àquela dos personagens que ela denuncia. Essa imaginação, utilizada para encontrar um sentido na absurdidade que ela descreve, leva Hannah Arendt a tomar "ares de superioridade" em relação à narração de certos episódios históricos, assim como na descrição de personagens centrais para o entendimento do totalitarismo:

> Sem mesmo perceber, a Sra. Arendt assume um tom de superioridade altiva em relação aos homens e às coisas. Ela abusa de adjetivos como "grotesco" e "bobo". Ela parece se eximir da vontade de ver os dramas de consciência que afligiam os homens, *dreyfusards* pela busca da verdade e conservadores e militaristas por convicção. A interpretação dada pela Sra. Arendt ao caso Dreyfus passa para o leitor francês uma impressão equívoca. O excesso de racionalização, por um lado, e o desdém por simples mortais, pelo outro, levam à apresentação de uma humanidade careta, Picquard e Clemenceau sendo os únicos que escapam do rigor da historiadora [...]. A mistura de metafísica alemã, de sociologia sutil e de vitupérios morais termina por exagerar os defeitos e as qualidades dos homens e dos regimes (será que todos os homens são infelizes num regime totalitário?), substituindo a história real por uma história que se revela, em todos os momentos, como irônica ou trágica (ARON, 2005, p. 945).

Vale notar que a crítica aroniana não é no sentido de exigir que Hannah Arendt tenha compaixão ou benevolência pelos personagens descritos, mas apenas o de reconhecer que estes

não atuavam em uma espécie de vácuo moral. Em muitos casos, de fato, os homens e mulheres que participaram dos movimentos totalitários passaram por difíceis conflitos morais e psicológicos. Isso não significa que suas ações não possam ser consideradas criticáveis ou reprováveis, mas que devem ser consideradas nos contextos específicos em que foram praticadas. Afinal, nem todo ser humano é apenas santo ou demônio. Mas a crítica de Aron não se circunscreve a esses pontos. Ele demonstra, em momento posterior de seu texto, algumas reservas em relação ao tratamento segundo ele "impreciso" que Hannah Arendt confere ao estudo do antissemitismo.

Efetivamente, conquanto aceite o fato de que "o estudo do antissemitismo, na primeira parte do livro, é rico em fatos e ideias, repleto de *insights* originais" (ARON, 2005, p. 944), Aron não se convence da utilização de expressões como "ralé antissemita", por exemplo. A esse respeito, o autor indaga, logo no início de sua crítica, se pelo termo "ralé" Hannah Arendt se refere ao resultado do desenvolvimento da sociedade industrial, ou se o termo se refere àqueles que, por terem "falhado" em suas vidas pessoais (por vários motivos), foram rejeitados por suas respectivas classes, engrossando assim as fileiras dos revoltados sociais. Como essa distinção não é tratada de forma clara no livro, ela poderia levar inevitavelmente a alguns erros de interpretação. A esse respeito Aron fornece inclusive alguns exemplos:

> As multidões antissemitas que manifestavam contra Zola, em Paris, ou contra Victor Basch, em Rennes, não tinham nenhuma homogeneidade. Estudantes marchavam lado a lado com artesãos ou comerciantes, talvez até com os trabalhadores. Será que a origem social dessas multidões era tão diferente daquela que fez as revoluções da primeira metade do século XIX? [...]. Por outro lado, as sociedades industriais modernas têm criado, desde o século XIX, grupos intermediários entre as classes reconhecidas do proletariado, da burguesia e do campesinato, que jamais soubemos definir ou designar precisamente (ARON, 2005, p. 944).

Nesse sentido, se há certa abstração e mesmo imprecisão, segundo Aron, no que diz respeito ao uso do termo "ralé", razão pela qual ele deve ser considerado com cautela, a interpretação dada pela autora no que diz respeito ao antissemitismo deve ser considerada com igual reserva.

Uma das principais ideias da primeira parte de *As Origens do Totalitarismo* é a de que o antissemitismo teria atingido um paroxismo virulento quando os banqueiros judeus, na segunda metade do século XIX, em particular, foram substituídos por uma burguesia financeira nacional. A partir desse momento, "os judeus passaram a ser identificados como parasitas – um grupo sem funções, ainda que retendo alguns privilégios reduzidos" (BAEHR, 2010, p. 67). Para Aron, no entanto, as principais causas do antissemitismo moderno advêm tanto da

crescente assimilação dos judeus, que suscita reações negativas, sobretudo nos locais onde a presença deles era proibida, como da crescente competição intra-profissional oriunda da imigração do Leste europeu. Na Alemanha, por exemplo, a brusca imigração de judeus vindos do Leste foi uma das causas da virulência antissemita na República de Weimar. Já no caso da Áustria-Hungria, Arendt explica, acertadamente, que o antissemitismo teve suas origens na própria estrutura da monarquia, dividida entre diferentes grupos nacionalistas que, a rigor, deram origem a movimentos pangermanistas contrários aos judeus.

Dito isso, a crítica de Raymond Aron não se restringe aos fatos apontados nos parágrafos anteriores. Ele sugere que nas duas primeiras partes de seu livro, Arendt escreve como "historiadora" e "socióloga", multiplicando explicações de eventos a partir de suas circunstâncias, o que nos leva a aceitar suas argumentações mais pela especificidade do detalhe, do que pela generalidade do conjunto. Mas na terceira e última parte do livro, a abordagem utilizada pela autora se modifica, e oferece uma nova perspectiva dos movimentos totalitaristas.

De fato, é preciso notar que tanto para Arendt quanto para Aron, os regimes totalitários são regimes sem precedentes na história da humanidade. Não sem razão, a essência desses regimes deve ser objetivamente identificada. Em contrapartida, ainda que concorde com o objetivo principal da autora, Aron se revela de certa forma cético em relação à abordagem utilizada por ela. Segundo ele, é justamente porque Hannah Arendt está convencida da loucura e absurdidade da dominação totalitária que ela relega a um plano secundário os sistemas de valores e as paixões dos atores analisados. No que diz respeito aos exemplos soviéticos utilizados por ela, em particular, a não identificação desses "sistemas de valores" constitui uma das principais falhas de seu trabalho. Ao conferir uma explicação baseada na irracionalidade para elucidar a atitude coletivista na agricultura da União Soviética de Stálin, por exemplo, Arendt estaria de certa forma extrapolando a absurdidade do regime.

Se se considerar, efetivamente, a coletivização pelos seus resultados finais, estaríamos inclinados a aceitar que essa experiência foi de fato absurda: destruição da produção agrícola e agropecuária em geral. Entretanto, do ponto de vista objetivo, a perspectiva dos planificadores soviéticos era bem racional: aumentar a produção. Nesse sentido, a coletivização da agricultura era algo razoável e mesmo racional, por mais absurdo que os resultados tenham sido no final. Consequentemente, a morte de milhões de indivíduos nos campos da União Soviética não teria sido, se considerada nesse ponto de vista, fruto de uma absurdidade moral de planejadores estatais confinados no Kremlin, e sim o resultado negativo de uma racionalização malsucedida.

Quanto à irracionalidade dos campos de trabalho, haveria também menos razão para contestação do que a autora nos faz parecer supor. Isso porque o trabalho forçado, também do ponto de vista dos oficiais do governo, é algo racional, visto que para estes, os prisioneiros seriam mais úteis (para o Estado) vivos do que mortos. Mas se os pontos de divergência entre os dois autores são bastante notáveis no que diz respeito às características *sui generis* do regime soviético, essa divergência tende a ser um pouco menos acentuada quando se leva em consideração aspectos mais específicos da Alemanha nazista.

No que diz respeito à Alemanha hitlerista, Aron concorda com o fato de que o regime nazista era essencialmente diferente dos governos fascistas ou militares do passado. Os regimes de Franco ou Mussolini, por exemplo, seriam recentes, mas pouco originais em termos históricos. Os regimes totalitários seriam distintos da tirania, já que a combinação de fatores que constituem a sua essência é fundamentalmente diferente daquela constituída pelos governos totalitários.

Nessa toada, uma das essências do totalitarismo, segundo Arendt e Aron, seria a permanente renovação da revolução e do terror. Nos regimes totalitários, a ortodoxia ideológica não se reduz com o tempo. Nas palavras de Aron, "a paixão ideológica não diminui, ela aumenta. O marxismo de Stalin é mais invasivo do que aquele de Lenin" (ARON, 2005, p. 949). Da mesma forma, o terror totalitário se intensifica com o tempo; ele atinge a sua plenitude quando o regime não tem mais adversários:

> Foi entre 1937 e 1938 que o Grande Expurgo de Stálin jogou nas prisões cinco a sete milhões de cidadãos, entre os quais se encontrava uma fração importante de quadros técnicos e militares, num momento em que a resistência camponesa já havia sido quebrada, e a edificação industrial já havia superado as dificuldades iniciais (ARON, 2005, p. 949).

Essa nova forma de terror constitui, portanto, essência fundamental dos regimes totalitários. A partir do momento em que categorias inteiras de indivíduos são visadas, cada qual passa a se sentir abandonado, só, e o dinamismo dos partidos, num movimento visando sempre a revolução permanente do regime, leva, como uma onda sem barreiras, seus defensores mais fervorosos, assim como os indivíduos resignados com a situação, para uma instância de mudança permanente. Abandonados à sua própria sorte, os indivíduos perdem os vínculos que tinham com seus familiares, com seus companheiros de trabalho ou com pessoas próximas de seu círculo pessoal. Como será visto mais adiante, o vazio criado pela ruptura dessas relações

sociais era substituído pela fé no futuro do partido (de acordo com Aron), criando-se assim um movimento que impedia o esgotamento interno do próprio regime.

Mas talvez uma das críticas mais contundentes de Aron no que diz respeito ao trabalho de Hannah Arendt se refere às etapas levadas a cabo pela União Soviética com vistas a se tornar um Estado plenamente totalitário. Segundo Arendt, de fato, Lenin teria estabelecido uma ditadura de partido único que, por sua vez, teria sido transformada em Estado totalitário apenas com a ascensão de Stálin ao poder. Por se preocupar com a não-coesão do sistema soviético, Lenin teria dado margem para que diferentes grupos de interesse se desenvolvessem paralelamente.

Stálin, por outro lado, teria revertido esse processo de coesão social e teria instalado na União Soviética, por meio da liquidação da propriedade privada, dos sindicatos de trabalhadores, assim como de expurgos nos setores militar e da administração pública civil, uma massa atomizada e desestruturada de indivíduos. Com esse processo em marcha, ele teria galgado um passo a mais na consolidação do regime totalitário, criando uma atmosfera de terror, de denúncias constantes e de pulverização de grupos sociais.

Para Aron, no entanto, a visão arendtiana do totalitarismo comunista parece limitada e mesmo equivocada nesse quesito. Para ele, de fato, foi justamente durante o governo pós-revolucionário de Lenin que partidos e facções rivais deixaram de existir, e que a política de vigilância do Estado cresceu exponencialmente. Foi igualmente durante o governo de Lenin que o partido Bolchevista teria sido identificado com o proletariado, e também durante sua permanência na cadeira mais alta do poder soviético que a noção de que era possível pular a etapa do capitalismo para atingir, de pronto, uma reconstrução socialista da economia, foi amplamente proposta e mesmo aceita por várias camadas do governo e da população. Assim, o totalitarismo stalinista, na perspectiva aroniana, não teria marcado uma ruptura em relação ao governo anterior: o totalitarismo stalinista teria sido uma continuação do projeto bolchevista iniciado pelo próprio Lenin em 1917. Dito isso, na perspectiva aroniana o totalitarismo teria florescido na Rússia quando a distância entre a realidade e a ideologia foi marcada pela necessidade de uma nova forma de coerção do Estado:

> A necessidade de aumentar a produção e a preocupação doutrinária de destruir as classes fundadas a partir da propriedade privada trouxeram a necessidade de uma política de coletivização. Essa necessidade, por sua vez, suscitou uma repreensão da resistência campesina, a temporária ruina da agricultura, a aniquilação da pecuária e a fome. O tipo de guerra civil que surgiu com a construção de fábricas e fazendas coletivas foi sem dúvida serenamente batizado de "reconstrução socialista". Inevitavelmente, a lógica de loucura assassina que, para a Sra. Arendt, aparenta ser a essência do totalitarismo, ganhou terreno. O partido teria que ser transformado num impecável instrumento feito

> para acreditar, seguindo ordens vindas de cima, que era noite quando se estava em plena luz do dia, e que o socialismo estaria presente nesses trágicos eventos da primeira fase da industrialização. Era preciso ter uma fé absoluta no partido, na História, e na capacidade humana de criar uma sociedade sem classes, para combinar o cinismo das ações individuais com um tipo de idealismo de longo prazo (ARON, 2005, p. 950).

Do ponto de vista ideológico, portanto, era preciso criar uma nova realidade, a qual seria sustentada pela própria reiteração da violência. Nesse sentido, seria também forçoso reconhecer que o terror era um elemento fundamental, no caso soviético, da criação de um dinamismo permanente da burocracia estatal, que estava incumbida de realizar uma industrialização sobre a coordenação do próprio Estado. Era como se, em substituição aos incentivos pessoais de uma economia de mercado, o terror passasse a ser o principal elemento motivador dos indivíduos.

Assim, se a crítica exposta por Raymond Aron na sua resenha do trabalho de Hannah Arendt fornece subsídios importantes para o entendimento de como ele interpretava a obra da autora, há certos fatores não explicitados que devem ser considerados para a completa apreensão de suas respectivas propostas. No próximo segmento deste capítulo, abordaremos alguns desses fatores. Vistos de uma perspectiva relativa, eles nos ajudam a clarificar algumas das semelhanças e diferenças fundamentais nas obras dos dois autores.

3.2 Similaridades e diferenças nas abordagens de Arendt e Aron

Um dos aspectos fundamentais na análise comparada dos trabalhos de Hannah Arendt e Raymond Aron é o fato de que, conquanto o objetivo dos dois seja essencialmente o mesmo – identificar as características dos regimes totalitários –, a forma como orientam esse objetivo contém diferenças sutis que devem ser explicitadas. A primeira delas – e aqui se percebe um dos principais desencontros entre os dois autores – se refere a uma diferenciação epistemológica fundamental sobre o conceito de "causa" nas ciências humanas. Com efeito, se o empreendimento intelectual de Hannah Arendt é, sobretudo em *As Origens do Totalitarismo*, o de "cristalizar" os elementos que constituem a essência do totalitarismo, não recorrendo a uma tentativa de explicação causal, o mesmo não pode ser dito de Raymond Aron.

Ao contrário de Aron, efetivamente, Arendt não tem como objetivo-meio de seu trabalho submeter a análise do totalitarismo a critérios de contextualização socio-históricas. Na perspectiva aroniana, ao não levar em consideração as circunstâncias dos eventos socio-históricos que concorreram para o surgimento dos totalitarismos, Arendt estaria de certa forma limitando seu entendimento desses fenômenos. Ao criticar a postura arendtiana sobre o conceito de "terror", por exemplo, Aron afirma que "a essência do totalitarismo não surge,

misteriosamente, do cérebro da história ou de Stálin. Algumas circunstâncias concorreram para seu surgimento, outras concorrerão para sua desaparição" (ARON, 2005, p. 952). Em outras palavras, a perspectiva aroniana do fenômeno totalitário não exclui, como a de Arendt, a possibilidade de explicações causais. Segundo essa perspectiva, portanto, ao se procurar entender como se deu a passagem de um regime tirânico para um regime totalitário, certamente uma alusão ao momento histórico e social no qual ele se concretizou deverá ocorrer.

Isso não significa afirmar, entretanto, que Aron era adepto de uma filosofia política que leva em consideração princípios de determinismo histórico. É preciso lembrar que o "Espectador Engajado", autor de *Introduction à la philosophie de l'histoire*, não pressupunha a possiblidade de determinismos nas ciências sociais. Tanto Aron quanto Arendt subscrevem a essa ideia. O que diferencia os dois autores é a relação que ambos estabelecem entre as causas e as consequências dos fenômenos políticos: para Aron, essas relações eram essenciais para o entendimento dos totalitarismos, sobretudo quando seus contextos históricos e sociais são levados em consideração; para Arendt, "o passado seria esclarecido a partir do surgimento de um evento mais recente, no caso, o totalitarismo" (JARDIM, 2011, p. 27). Como consequência, a presença de fatores explicativos causais na obra de Aron e sua ausência, na de Arendt, nos levam a constatar que as formas utilizadas para explicar o fenômeno totalitário se diferenciam, também em outros aspectos.

Um deles – talvez um dos que mais ressaem na leitura das respectivas obras – é a importância destacada por Aron aos partidos políticos. À luz do pensamento aroniano, efetivamente, os partidos políticos representam, senão o ponto central, uma das características fundamentais dos regimes totalitários. Considerando que seu pensamento é largamente tributário da sociologia weberiana, não é de se surpreender que ele recorra ao estudo das principais instituições constitutivas dos regimes políticos, principalmente dos partidos políticos. A esse respeito, Aron afirma, em sua resenha crítica sobre a obra de Arendt, que:

> O totalitarismo parece caracterizado por um conjunto de fenômenos institucionais que a Sra. Arendt analisa admiravelmente: a proliferação de burocracias, mal ligadas entre si, com um emaranhamento inextricável de competências, a cisão entre um partido de massas e seu círculo interior, a sustentação de uma espécie de conspiração no interior do partido, mestre do Estado, a autoridade incondicional do Chefe, sendo este último indispensável mais em razão de sua capacidade de criar conflitos entre seus companheiros ou entre várias administrações do que por suas virtudes administrativas ou intelectuais fora do comum [...]. Nenhum desses fenômenos revela, particularmente, a originalidade do totalitarismo (ARON, 2005, p. 948).

Nesse sentido, ao passo que Aron – para estabelecer elementos de diferenciação entre os regimes democráticos e totalitários – propõe a oposição de dois tipos ideais de organização política: os regimes constitucionais-pluralistas, nos quais vários partidos disputam as preferências eleitorais dos eleitores, e os regimes de partido único (ou monopolístico), no qual há apenas um partido no poder e, não-raro, a aniquilação da oposição, Arendt confere pouca análise sistemática sobre essas instituições. Isso não significa dizer, entretanto, que ela descarta a importância das instituições absolutamente; apenas que, por ter uma visão mais clássica da política – herdado da tradição grega – ela concentra sua atenção em questões mais ontológicas, nas quais a política constitui a esfera de revelação do agente no espaço público (WOLIN, 1983).

Ora, se o pensamento ontológico de Arendt deriva, em grande medida, da tradição grega, é forçoso notar que sua concepção dos regimes políticos é tributária da filosofia política moderna, particularmente a do Barão de Montesquieu, que ela utiliza para tentar alocar o totalitarismo na tipologia dos regimes políticos. Na obra desse autor, Arendt encontrou os elementos para distinguir, com base nos conceitos de "natureza" e "princípio", as características dos regimes políticos tanto do passado quanto de seu tempo. A natureza de um regime qualifica as instituições que o caracterizam, particularmente no que diz respeito ao detentor da soberania: numa república, por exemplo, apenas um pequeno grupo detém a soberania; o princípio, por sua vez, qualifica o *ethos* do regime, isto é, o espírito que o anima: no regime republicano, esse espírito é o da busca pelo bem comum e o bem-estar da *pólis*. A pergunta que tanto Hannah Arendt e Raymond Aron se fazem, nesse sentido, é qual seria o princípio de um regime totalitário? As respostas propostas por eles seguem caminhos diferentes e constituem mais um ponto de diferenciação a ser notado.

Para Arendt, não há um princípio correspondente para os regimes totalitários. Os sujeitos vivendo sobre o jugo do totalitarismo são ao mesmo tempo executores e vítimas do regime, e são movidos não por um princípio, mas sim por uma ideologia (BAEHR, 2010). Essa ideologia reduz a capacidade de pensamento e de contestação dos indivíduos, que passam a acreditar em soluções definitivas para os problemas humanos.

Já para Aron, os regimes totalitários são, antes, regimes de partido único nos quais os princípios orientadores dos agentes são: a fé e o medo. Isso significa afirmar que o partido justifica seu monopólio pela necessidade de realização de objetivos grandiosos. Nesse sentido, para que os militantes e os cidadãos simples aceitem seguir um partido revolucionário, eles precisam acreditar na doutrina, na mensagem desse partido. Em *O Ópio dos Intelectuais*[16], além

[16] ARON, R. O Ópio dos Intelectuais. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

de discorrer sobre os “mitos” da esquerda, da revolução e do proletariado, Aron aborda, de forma mais profunda, as questões de “fé e “religião secular” do comunismo. Sabe-se, no entanto, que Hannah Arendt não era absolutamente contra, mas tinha certas reservas em relação à ideia de religião secular[17]. Ela preferia acreditar na originalidade dos fenômenos totalitários, nos quais a ausência de princípios orientadores (no sentido da filosofia política de Montesquieu) era substituída pelo terror e as ideologias. Não obstante, Aron fora categórico, em sua crítica, ao apontar uma aparente contradição na tese arendtiana sobre o princípio dos regimes totalitários.

Para ele, “um regime que não tem princípio não é um regime [...]. Em outros termos, Arendt atribui ao regime, à sua essência política, certos traços de fenômenos hitleristas ou stalinistas; ela provavelmente exagera a originalidade do totalitarismo russo ou alemão” (ARON, 2005, p. 953). Nesse sentido, Aron se aproximaria mais de uma perspectiva ligada àquela de Crane Brinton[18], para quem os bolcheviques, por exemplo, buscam constituir uma sociedade revolucionária que impõe a seus militantes a ruptura de ligações sociais (com a família, com colegas de trabalho, etc.), tudo em favor de uma fé inabalável na construção de um Estado sem classes. Daí porque a afirmação aroniana de que o partido único é, no fundo, um partido de ação, ou melhor, um partido revolucionário: ele é o elemento político que perpetua a fé revolucionária dos militantes, mantendo o regime em constante transição. Assim, a ideologia e o terror não seriam elementos de um fenômeno original, como pretendia Hannah Arendt, mas tão somente uma continuação do fenômeno revolucionário em perpétua mutação.

[17] Para mais informações, consultar BAEHR, P. Hannah Arendt, Totalitarianism and the Social Sciences. Stanford: Stanford University Press, 2010. O capítulo IV da obra de Peter Baehr oferece uma análise esclarecedora sobre essa questão. O autor examina a crítica de Hannah Arendt em relação à ideia de religião secular, comparando suas concepções sobre o totalitarismo com aquelas propostas por Jules Monnerot.
[18] BRINTON, C. The Anatomy of Revolution. New York: Prentice Hall, 1952.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender um fenômeno complexo que trouxe consigo tanta tormenta e destruição não é tarefa fácil. Por envolver múltiplas características políticas, econômicas e sociais, o fenômeno totalitário deu origem a diversas interpretações. Assim, o estudo comparado das obras de Hannah Arendt e Raymond Aron nos deixam várias impressões e esclarecem diversos aspectos dos regimes totalitários.

A sociologia política de Aron oferece uma visão sóbria, imparcial e multifacetada desses regimes. A análise dos regimes políticos com base nas características dos partidos que o compõem é certamente um elemento importante para o entendimento dos regimes nazista e comunista. Sem sombra de dúvidas, Aron enumera essas características de forma esclarecedora e particularmente lógica. Não obstante, uma pergunta importante que se poderia fazer a respeito da abordagem adotada pelo autor seria a de saber se esse aparente excesso de zelo, até mesmo de frieza, não obliteraria alguns dos aspectos mais sombrios dos regimes totalitários?

De fato, a impressão que pode ressair de um leitor de *Démocratie et Totalitarisme* ou de *l'Essence du Totalitarisme* é a de que os regimes totalitários são tão somente consequências lógicas e naturais de uma degeneração política. Em outras palavras, a forma como Aron discorre sobre o tema pode não deixar transparecer os horrores dos regimes totalitários, o Holocausto, os campos de trabalhos forçados e de concentração. É como se a racionalidade aroniana na explicação desses regimes não contemplasse – pelo próprio raciocínio caracteristicamente lógico do autor – alguns dos aspectos mais caóticos, absurdos e irracionais do totalitarismo.

Na perspectiva arendtiana, por outro lado, a irracionalidade dos regimes totalitários é mais facilmente apreensível. A ausência de uma unidade mais evidente em *As Origens do Totalitarismo* pode ser relevada pela narração envolvente da autora, que logra o objetivo de identificar a essência dos totalitarismos, sem com isso recorrer à piedade ou a um excesso de sentimentalismos. Com ela, de fato, é possível termos uma visão mais completa dos horrores perpetrados pelo totalitarismo.

O que o presente trabalho ressalta, nesse sentido, é que a sociologia política de Aron e a filosofia de Arendt são especialmente complementares. A crítica aroniana em relação à tese de que os regimes totalitários não teriam um "princípio" correspondente, ou a crítica de que os regimes nazista e comunista não são, em todos os aspectos, semelhantes – segundo pretendia Hannah Arendt – são sintomáticas dessa complementariedade. A primeira porque oferece uma contrapartida para a solução encontrada por Arendt, que encontra no terror a alternativa para a ausência de princípio nos regimes totalitários. Como visto, Aron não partilhava dessa ideia,

propondo a noção de que, em realidade, a fé e o medo seriam os princípios desses regimes. A segunda porque a explicação arendtiana pareceria, em última análise, muito generalizante, não abarcando algumas peculiaridades do regime comunista, como a importância mesma da doutrina marxista, estudada em mais detalhes por Aron, ou o fato de o regime ter se radicalizado já no governo de Lênin, e não somente no de Stálin.

Mas um outro aspecto que deve ser ressaltado pelo estudo que foi realizado neste trabalho é a visão que Raymond Aron soube sintetizar sobre as democracias modernas. Aron nos lembra que também nos regimes constitucionais-pluralistas, como o do Brasil, por exemplo, há ainda grande margem para a corrupção. Ele nos lembra, de fato, que a corrupção das instituições políticas emerge quando o sistema partidário não mais corresponde aos diferentes grupos de interesse, ou quando o funcionamento do sistema de partidos é de tal forma instável que nenhuma autoridade serve para estabilizá-lo. Ele nos lembra que a corrupção deve ser entendida também no sentido de corrupção do espírito público, ou o que Montesquieu chamaria de corrupção do princípio. Em outras palavras, nas democracias modernas, há sempre o risco de o espírito partidário apagar o sentido de bem comum. Ademais, a ausência de espírito de compromisso impede que decisões políticas claras sejam tomadas. Por fim, ele nos lembra que a corrupção da infraestrutura social faz com que a sociedade industrial não funcione apropriadamente, gerando por consequência rivalidades sociais consideravelmente exacerbadas. Portanto, a impressão que o autor nos deixa é de que sua descrição dos regimes democráticos, realizada em 1960, permanece atual, confirmando seu *status* de clássico, sobretudo pela resistência ao teste do tempo.

Isto posto, o livro *As Origens do Totalitarismo* inaugurou uma nova etapa do pensamento político ocidental. Com ele, e com várias outras obras posteriores, Arendt objetivou responder algumas das perguntas mais complexas que afligiam os intelectuais de sua época. Não sem razão, Raymond Aron dedicou parte de sua vasta obra para a análise e a crítica desse trabalho, que ele considerava um marco importante para o pensamento político. Malgrado esse empenho, e apesar do respeito profundo que um tinha pelo outro, entretanto, não se tem notícia de réplicas formais escritas por Hannah Arendt àquelas realizadas por Aron no livro *Démocratie et Totalitarisme* ou na resenha *L'essence du Totalitarisme*. É de se supor que ela concordaria com algumas dessas críticas, particularmente às que se referem ao caráter *sui generis* do regime comunista[19]. Não obstante, a contribuição de Aron não se torna por consequência descartável,

[19] Uma análise mais profunda nos arquivos de Raymond Aron presentes na Biblioteca Nacional da França traria certamente nova luz sobre essa questão, sobretudo porque ele manteve, em várias ocasiões, correspondência com Hannah Arendt.

e deve ser objeto – para o entendimento mais profundo do século XX e de suas repercussões no nosso – de futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **A Reply.** The Review of Politics, v. 15, p. 76-84, Janeiro 1953.

_____. **Origens do totalitarismo. Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

_____. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARON, R. **Démocratie et totalitarisme**. Paris : Gallimard, 1965.

_____.**Dezoito lições sobre a sociedade industrial**. Brasília: UnB, 1981.

_____.**Estudos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____.**Introduction à la philosophie de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1938.

_____.**La lutte des classes**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1964.

_____.**L'essence du totalitarisme: à propos de Hannah Arendt.** Commentaire, Paris, p. 943-954, 2005.

_____. **Mémoires**. Paris: Julliard, 1983.

_____. **O Ópio dos Intelectuais.** São Paulo: Três Estrelas, 2016.

BAEHR, P. **Hannah Arendt, Totalitarianism and the Social Sciences**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

BRINTON, C. **The Anatomy of Revolution.** New York: Prentice Hall, 1952.

CONQUEST, R. **The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-famine.** [S.I.]: Oxford University Press, 1987.

DIAS JR, Antônio. **A sociologia política de Raymond Aron**. 2013. 571 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.

DRAUS, F. **Raymond et la politique**. In: Revue française de science politique, 34º ano, nº 6, 1984. pp. 1198-1210.

HALL, J. **Diagnoses of Our Time: Six Views on Our Social Condition**. Londres: Heinemann Educational Books, 1981, p. 164.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. 8ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962.

JARDIM, E. **Hannah Arendt:** pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAGALHÃES, T. C. **A Natureza do Totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo?** In: Origens do Totalitarismo de Hannah Arendt. Odílio Alves Aguiar, César Barreira, José Carlos Siva de Almeida e José Élcio Batista (orgs.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Fortaleza, Secretaria da Cultura e do Desporto, 2001, pp. 47 – 59.

MISSIKA, J.-L.; WOLTON, D. **O espectador engajado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NETO, R. R. A. **Alienações do mundo:** uma interpretação da obra de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

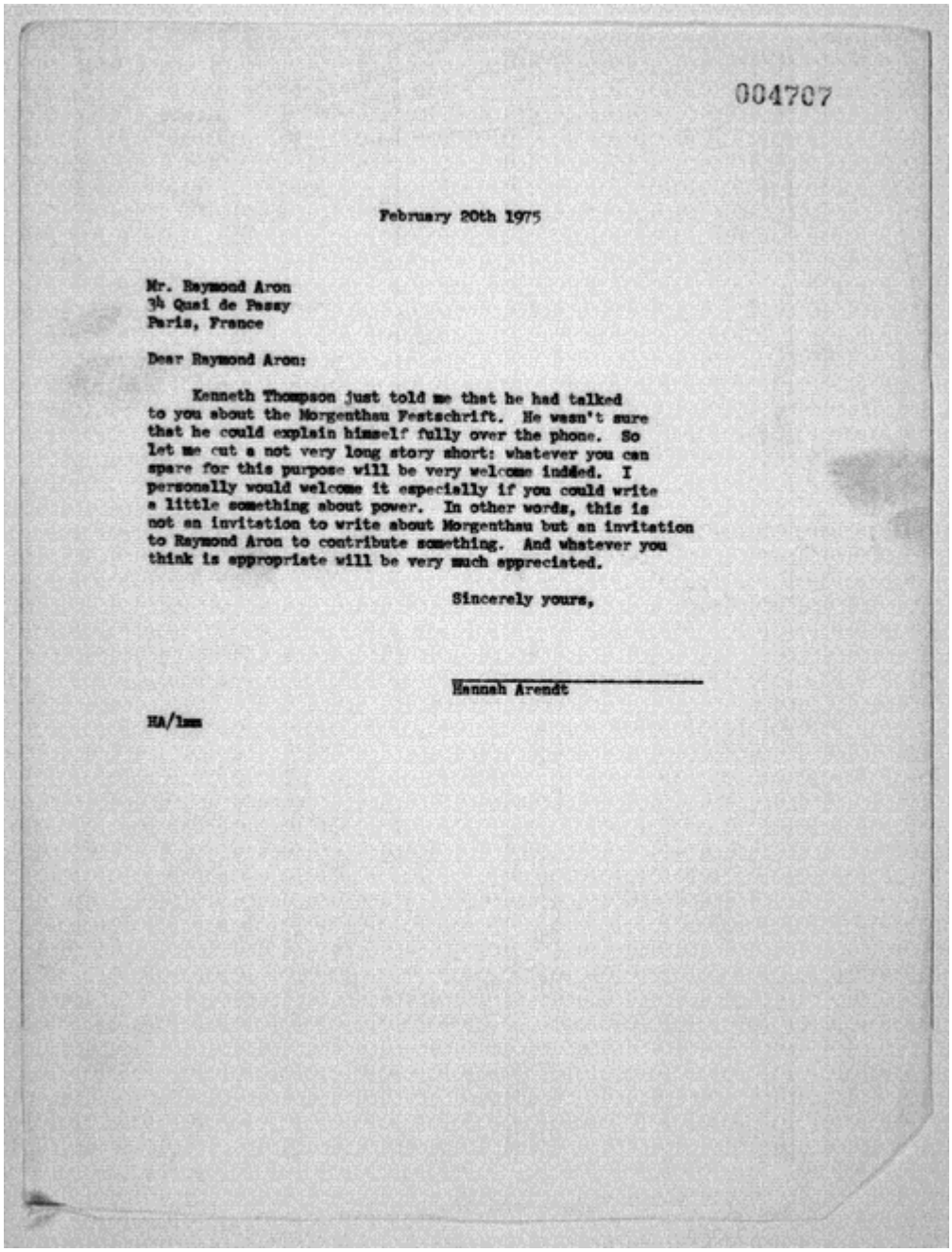
OLIVEIRA, L. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIVIERO, I. **Sentido da Política: estudo em Hannah Arendt**. Rio Grande do Sul: IFIBE, 2008.

WEBER, M. **A Sociologia das Religiões.** São Paulo: Ícone, 2010.

WOLIN, S. **Hannah Arendt: Democracy and the Political.** Salmagundi, v. 60, p. 3-19, 1983.

ANEXO A – Convite de Hannah Arendt solicitando a contribuição de Aron para uma futura edição comemorativa da obra de Hans Morgenthau



004707

February 20th 1975

Mr. Raymond Aron
34 Quai de Passy
Paris, France

Dear Raymond Aron:

Kenneth Thompson just told me that he had talked to you about the Morgenthau Festschrift. He wasn't sure that he could explain himself fully over the phone. So let me cut a not very long story short: whatever you can spare for this purpose will be very welcome indeed. I personally would welcome it especially if you could write a little something about power. In other words, this is not an invitation to write about Morgenthau but an invitation to Raymond Aron to contribute something. And whatever you think is appropriate will be very much appreciated.

Sincerely yours,

Hannah Arendt

HA/lmm

Fonte:https://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt_pub&fileName=02/020070/020070page.db&recNum=30

ANEXO B – Carta de Raymond Aron, agradecendo convite para escrever numa edição comemorativa da obra de Hans Morgenthau

MINISTÈRE
DE L'ÉDUCATION NATIONALE

ÉCOLE PRATIQUE DES HAUTES ÉTUDES

Sciences Économiques et Sociales

Centre Européen de Sociologie Historique

004699

6, rue de Tournon, 75006 (633.39.00)

PARIS, le 6 novembre 19 7

Prof. Hannah ARENDT
NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH
66 West 12th Street
NEW YORK, N. Y. 10011

Chère Amie,

Merci de votre lettre du 22 octobre qui m'a beaucoup touché. Pour dire vrai, mon hésitation n'a pas pour seule raison le manque de temps. Sans avoir jamais eu avec Hans Morgenthau des relations difficiles, certaines de ses réactions, en des circonstances diverses, n'ont pas été, à mes yeux, particulièrement amicales. Ayant peu de mémoire en pareille matière, je suis maintenant tout prêt à oublier et à écrire quelque chose si j'en trouve le temps, mais dites moi quelle est la date limite.

Dans l'immédiat, je suis particulièrement surchargé en raison de la proximité de mon prochain cours au Collège de France. Peut-être pourrai-je, en cas de besoin, extraire un fragment de mon livre sous presse sur Clausewitz. Le livre traite des problèmes qui ont occupé H. Morgenthau toute sa vie. Si vous ne jugez pas discourtois l'extrait d'un livre à paraître, le problème serait résolu. En particulier, la conclusion du deuxième volume qui a pour titre "L'adieu aux armes ou la grande illusion" répondrait assez bien à l'intention du Festschrift.

Moi aussi je garde un plaisant souvenir de notre rencontre pendant le symposium ; en vous écoutant, les souvenirs des années 30 remontaient à la surface. A cette époque, nous ne méditions pas sur la plurinationalité, mais sur les conséquences tragiques de la perte de son unique nationalité.

Bien fidèlement vôtre
Raymond Aron

Raymond ARON

Veuillez noter, s'il vous plait, mon adresse :87 boulevard Saint-Michel, Paris 5ème (je n'habite plus quai de Passy depuis plusieurs années).

Fonte:https://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt_pub&fileName=02/020070/020070page.db&recNum=29